

ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de março de 2017**

ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL PARTICIPAÇÕES S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de março de 2017**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.** (“Companhia”) e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.**, em 31 de março de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação Lava Jato

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, a qual menciona que desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga ex-executivos e executivos, ex-empregados e empregados do Grupo Odebrecht, que a Companhia e suas controladas fazem parte. A Odebrecht S.A., controlador indireto da Companhia, formalizou Acordo de Leniência (“Acordo”) em 1º de dezembro de 2016, que foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e pela 13ª Vara Federal de Curitiba em 22 de maio de 2017, produzindo seus efeitos cíveis. A Companhia e suas controladas não são subscritores do referido Acordo e não assumiram responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista, por não terem envolvimento ilícito nos fatos relatados, no melhor entendimento de seus administradores, razão pela qual não há motivos para determinar que a Companhia e suas controladas serão afetadas pelas referidas investigações. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Auditoria e reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de março de 2016, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião com ressalva referente à “Operação Lava Jato” mencionada na Nota Explicativa nº 1 e acima e ênfase relacionada à continuidade operacional em 11 de julho de 2016. Além disso, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 às demonstrações contábeis, com o objetivo de adequar as demonstrações financeiras aos requerimentos previstos nas normas expedidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e ao Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, no que tange à adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 29 (R1) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, as demonstrações contábeis de 31 de março de 2016 e 2015, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Em nossa opinião, tais adoções são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre essas demonstrações. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 20 de junho de 2017.

Índice

Balço patrimonial	7	
Demonstração do resultado do exercício	9	
Demonstração do resultado abrangente	10	
Demonstração das mutações no patrimônio líquido (passivo a descoberto)	11	
Demonstração dos fluxos de caixa	12	
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras		
1	Informações gerais	14
2	Apresentação das demonstrações financeiras	15
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	29
4	Gestão de risco financeiro	30
5	Instrumentos financeiros por categoria	35
6	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	37
7	Contas a receber de clientes	38
8	Estoques	38
9	Tributos a recuperar	39
10	Partes relacionadas	39
11	Investimentos em sociedades controladas	44
12	Imobilizado	47
13	Ativo biológico	50
14	Intangível	51
15	Empréstimos e financiamentos	54
16	Tributos a recolher e parcelados	57
17	Operações com derivativos	58
18	Imposto de renda e contribuição social diferidos	59
19	Planos de previdência privada	61
20	Patrimônio líquido	62
21	Receita bruta e líquida	63
22	Despesas e custos dos produtos vendidos por natureza	63
23	Receitas e despesas financeiras	64
24	Cobertura de seguros	64
25	Provisões para contingências	65
26	Compromissos (consolidado)	66

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Balanco patrimonial em 31 de março
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)	31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6 (a)	2.604	2.575	238.153	109.273
Aplicações financeiras	6 (b)	-	22.445	3.472	33.181
Contas a receber de clientes	7	1.769	2.617	264.806	155.201
Estoques	8	-	-	851.833	823.356
Ativos biológicos	13	-	-	478.296	692.319
Tributos a recuperar	9	6.013	9.155	669.291	405.850
Partes relacionadas	10 (a)	1.249.299	2.061.918	1.224.909	1.271.521
Operações com derivativos	17	-	99	-	99
Outros créditos		58	2	65.634	47.400
		<u>1.259.743</u>	<u>2.098.811</u>	<u>3.796.394</u>	<u>3.538.200</u>
Não circulante					
Aplicações financeiras	6 (b)	-	-	55.174	3
Estoques	8	-	-	139.745	118.497
Tributos a recuperar	9	1.534	-	170.202	378.543
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (c)	151	-	151	-
Depósitos judiciais		30	22	55.260	39.838
Partes relacionadas	10 (a)	2.407.157	2.749.925	258.249	940.565
Outros créditos		-	-	5.034	5.920
		<u>2.408.872</u>	<u>2.749.947</u>	<u>683.815</u>	<u>1.483.366</u>
Investimentos	11 (b)	3.312.257	1.204.736	113.762	101.481
Imobilizado	12	367	1.912	8.378.348	6.929.628
Intangível	14	154.439	158.533	1.915.267	392.077
		<u>5.875.935</u>	<u>4.115.128</u>	<u>11.091.192</u>	<u>8.906.552</u>
Total do ativo		<u>7.135.678</u>	<u>6.213.939</u>	<u>14.887.586</u>	<u>12.444.752</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Balço patrimonial em 31 de março
 Em milhares de reais

(continuação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)	31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido					
(passivo a descoberto)					
Circulante					
Fornecedores		2.080	1.348	315.268	402.942
Empréstimos e financiamentos	15	1.568	1.337.569	326.750	5.008.744
Salários e encargos		202	945	74.977	85.846
Tributos a recolher	16 (a)	938	7.511	51.140	36.285
Tributos parcelados	16 (b)	-	-	9.307	1.334
Adiantamentos de clientes		401.297	385.548	698.265	488.388
Partes relacionadas	10 (a)	90.916	125.686	46.015	133.550
Operações com derivativos	17	-	-	-	1.554
Outros débitos		3	-	5.760	6.196
		<u>497.004</u>	<u>1.858.607</u>	<u>1.527.482</u>	<u>6.164.839</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	600.342	720.768	8.513.472	6.606.442
Tributos parcelados	16 (b)	-	-	22.395	5.353
Adiantamentos de clientes		343.243	784.673	356.660	967.457
Partes relacionadas	10 (a)	1.203.371	1.685.282	70.296	73.051
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (c)	-	1.154	-	1.213
Provisão para contingências	25 (a)	-	-	13.345	13.922
Provisão para perdas em investimentos	11 (c)	313.625	2.563.793	-	-
Outros débitos		-	-	10.003	12.819
		<u>2.460.581</u>	<u>5.755.670</u>	<u>8.986.171</u>	<u>7.680.257</u>
Total do passivo		<u>2.957.585</u>	<u>7.614.277</u>	<u>10.513.653</u>	<u>13.845.096</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	20 (a)	11.124.462	3.973.919	11.124.462	3.973.919
Reserva de capital		301.472	301.472	301.472	301.472
Ajuste de avaliação patrimonial		(255.034)	(517.244)	(255.034)	(517.244)
Prejuízos acumulados		(6.992.807)	(5.158.485)	(6.992.807)	(5.158.485)
		<u>4.178.093</u>	<u>(1.400.338)</u>	<u>4.178.093</u>	<u>(1.400.338)</u>
Participação dos não controladores		-	-	195.840	(6)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>4.178.093</u>	<u>(1.400.338)</u>	<u>4.373.933</u>	<u>(1.400.344)</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u><u>7.135.678</u></u>	<u><u>6.213.939</u></u>	<u><u>14.887.586</u></u>	<u><u>12.444.752</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)	31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)
Receita líquida	21	926	823	4.427.164	3.677.616
Valor justo dos ativos biológicos	13	-	-	125.005	362.332
Custo dos produtos vendidos	22	-	-	(4.154.828)	(3.732.435)
Lucro bruto		926	823	397.341	307.513
Despesas com vendas	22	-	-	(11.365)	(12.108)
Despesas administrativas e gerais	22	(14.052)	(14.823)	(321.637)	(316.714)
Outras (despesas) receitas, operacionais líquidas		(968)	320	(31.135)	(5.658)
(Prejuízo) lucro operacional antes das participações societárias		(14.094)	(13.680)	33.204	(26.967)
Resultado de participações societárias	11	(1.291.313)	(1.504.148)	-	-
Receitas financeiras	23	482.853	404.507	556.903	761.552
Despesas financeiras	23	(566.270)	(522.245)	(1.940.614)	(2.371.989)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.388.824)	(1.635.566)	(1.350.507)	(1.637.404)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(41.643)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (d)	316	(1.660)	807	(2.151)
Prejuízo do exercício		(1.388.508)	(1.637.226)	(1.391.343)	(1.639.555)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(1.388.508)	(1.637.226)
Participação dos não controladores				(2.835)	(2.329)
				(1.391.343)	(1.639.555)
Prejuízo básico e diluído por ação – em Reais	20 (e)			(0,000004)	(0,603)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31.03.17</u>	<u>Controladora</u> <u>31.03.16</u>	<u>31.03.17</u>	<u>Consolidado</u> <u>31.03.16</u>
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Prejuízo do exercício		(1.388.508)	(1.637.226)	(1.391.343)	(1.639.555)
Outros resultados abrangentes:					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa					
<i>Hedge</i> de exportação - variação cambial	4.1 (a.i)	254.470	(78.631)	254.470	(78.631)
<i>Hedge</i> de taxa de juros e futuros de mercadorias		(4.541)	4.942	(4.541)	4.942
		<u>249.929</u>	<u>(73.689)</u>	<u>249.929</u>	<u>(73.689)</u>
Total do resultado abrangente		<u>(1.138.579)</u>	<u>(1.710.915)</u>	<u>(1.141.414)</u>	<u>(1.713.244)</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(1.138.579)	(1.710.915)
Participação dos não controladores				<u>(2.835)</u>	<u>(2.329)</u>
				<u>(1.141.414)</u>	<u>(1.713.244)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
 Em milhares de reais

						Atribuível aos acionistas controladores			
	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Adiantamentos para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>	<u>Participação dos não controladores</u>	<u>Total do (passivo a descoberto) patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de março de 2015		3.204.815	301.472	(443.555)	769.104	(3.442.222)	389.614	(76.712)	312.902
Aumento de capital	20 (a)	769.104	-	-	(769.104)	-	-	-	-
Resultado abrangente:									
Hedge de exportação – variação cambial		-	-	(78.631)	-	-	(78.631)	-	(78.631)
Hedge de taxa de juros e futuros de mercadorias		-	-	4.942	-	-	4.942	-	4.942
Perda de participação em controladas, líquida		-	-	-	-	(79.037)	(79.037)	79.035	(2)
Prejuízo do exercício (Reapresentado)		-	-	-	-	(1.637.226)	(1.637.226)	(2.329)	(1.639.555)
Saldos em 31 de março de 2016 (Reapresentado)		3.973.919	301.472	(517.244)	-	(5.158.485)	(1.400.338)	(6)	(1.400.344)
Aumento de capital	20 (a)	7.150.543	-	-	-	-	7.150.543	-	7.150.543
Resultado abrangente:									
Hedge de exportação – variação cambial		-	-	254.470	-	-	254.470	-	254.470
Hedge de taxa de juros e futuros de mercadorias		-	-	(4.541)	-	-	(4.541)	-	(4.541)
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	12.281	-	-	12.281	-	12.281
Perda de participação em controladas, líquida		-	-	-	-	(445.814)	(445.814)	198.681	(247.133)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.388.508)	(1.388.508)	(2.835)	(1.391.343)
Saldos em 31 de março de 2017		11.124.462	301.472	(255.034)	-	(6.992.807)	4.178.093	195.840	4.373.933

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)	31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.388.824)	(1.635.566)	(1.350.507)	(1.637.404)
Ajustes				
Ajuste a valor de mercado, líquido	(111)	(149)	(154)	(86)
Ajuste a valor presente	-	-	1.702	797
Depreciação e amortização (inclui colheita de ativos biológicos)	6.522	6.602	1.600.902	1.541.236
Depreciação e amortização (combinação de negócio)	-	-	2.811	-
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	354.450	174.650	1.329.247	1.184.522
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	(125.005)	(362.332)
Resultado de participações societárias	1.291.313	1.504.148	-	(3)
Provisões diversas	-	-	2.290	14.504
Provisão para ajuste a valor de mercado do produto agrícola	-	-	3.028	(6.739)
Provisão para ajuste a valor de mercado dos estoques	-	-	-	(3.278)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	2.324	34	12.498	7.181
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(41.643)	-
Efeito da combinação de negócios.	-	-	(10.381)	-
	<u>265.674</u>	<u>49.719</u>	<u>1.424.788</u>	<u>738.398</u>
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	848	5.620	48.320	2.054
Estoques	-	-	92.393	174.280
Tributos a recuperar	1.608	(3.683)	(47.399)	(22.992)
Operações com derivativos, líquidos	(5.432)	3.862	(6.986)	2.488
Depósitos judiciais	(8)	-	(15.422)	(10.669)
Outros créditos	(58)	8.140	6.707	(24.740)
Fornecedores	732	(90.041)	(90.944)	(21.361)
Salários e encargos	(743)	71	(10.869)	13.127
Tributos a recolher	(6.573)	7.348	8.715	14.664
Tributos parcelados	-	-	25.015	4.432
Provisão para contingências	-	-	(3.965)	(6.910)
Adiantamento de clientes	(425.681)	528.621	(429.331)	530.870
Outros débitos	(2.854)	(20.805)	(25.243)	(19.079)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	<u>(172.487)</u>	<u>488.852</u>	<u>975.779</u>	<u>1.374.562</u>
Juros pagos	<u>(190.772)</u>	<u>(257.483)</u>	<u>(995.014)</u>	<u>(1.114.379)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais - a transportar	<u>(363.259)</u>	<u>231.369</u>	<u>(19.235)</u>	<u>260.183</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)	31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais - de transporte	(363.259)	231.369	(19.235)	260.183
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	22.556	66.060	82.847	64.058
Empréstimos captados com (concedidos a) controladas	314.348	(919.452)	40.603	(80.001)
Aumento de investimento	(2.229.905)	-	-	-
Valor recebido pela venda dos ativos de cogeração de energia	-	-	-	93.677
Aquisições de imobilizado	(883)	(1.529)	(627.162)	(706.835)
Aquisições de intangível	(2.324)	-	(2.445)	(1.564)
Plantio e tratos culturais de ativos biológicos	-	-	(427.995)	(365.364)
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	-	-	(42.960)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.896.208)	(854.921)	(977.112)	(996.029)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos	266.280	351.500	2.106.930	2.690.520
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	(630.831)	(373.720)	(3.605.750)	(2.773.010)
Captações de acionistas (aumento de capital)	2.624.047	-	2.624.047	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	2.259.496	(22.220)	1.125.227	(82.490)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	29	(645.772)	128.880	(818.336)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.575	648.347	109.273	927.609
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.604	2.575	238.153	109.273

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1. Contexto operacional

- (a) A Odebrecht Agroindustrial Participações S.A (“ODB Par” ou “Companhia”) é parte do conjunto de empresas controladas pelo Grupo Odebrecht (“ODB”) no setor de bioenergia a partir da cana-de-açúcar e tem como atividade preponderante a participação em empresas que atuam no setor sucroalcooleiro a partir da cana-de-açúcar com suas atividades no país ou no exterior diretamente ou através de suas subsidiárias operacionais.
- (b) A ODB Par, por intermédio de suas controladas diretas possui 9 unidades operacionais nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Suas controladas tem capacidade de moagem instalada de 36,8 milhões de toneladas de cana ano, tendo sido processadas 28,3 milhões na safra 16/17 (29,3 milhões na safra 15/16).
- (c) Desde 2007, houve destinação de recursos para investimento no setor, através de aquisições de empresas e construções de novas unidades operacionais controladas indiretamente pela Companhia. Paralelamente, quebras de safra decorrentes de fatores climáticos desfavoráveis, ocorridas nos últimos anos e o subsídio através do governo nos preços dos combustíveis, em especial a gasolina, dado uma ausência histórica de uma política governamental concreta para os preços dos combustíveis, ocasionaram impacto significativo nas margens dos produtos e, principalmente, no fluxo de caixa. Como consequência dos fatores citados anteriormente, havia um desequilíbrio no capital circulante líquido da Companhia e suas controladas. Em 30 de junho de 2016, no intuito de manter a continuidade operacional, a Companhia e suas controladas firmaram um Instrumento Particular de Acordo de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo”), com o objetivo de equalizar os prazos dos financiamentos com a capacidade de geração de caixa. A reestruturação, que abrangeu 95% da dívida, e resultou na alocação de 97% no longo prazo (doze meses contados a partir do encerramento do exercício social), além de capitalização de R\$ 4,6 bilhões, por parte do acionista controlador, e retorno dos ativos de cogeração de energia, que tiveram, no período da safra 16/17, geração de caixa operacional de cerca de R\$300 milhões, para a estrutura societária da ODB Agro, possibilitou o equilíbrio no capital circulante líquido da Companhia e suas controladas, sendo importante ressaltar que a gestão do caixa é realizada de forma centralizada pelo Grupo ODB Agro. Adicionalmente, dentre as ações implementadas pela Companhia e suas controladas e situações que impactaram diretamente o setor destacam-se:
- (i) redução do nível de investimentos, priorizando a seletividade do plantio com foco nas áreas de renovação, privilegiando ganhos de produtividade, já como resultado da evolução dos processos agrícolas, mudança do “mix” de plantio com participação prioritária de cana de 18 meses, utilização de novos implementos/equipamentos que possibilitam o aumento do rendimento médio das colhedoras e aceleração da curva de aprendizado; (ii) desenvolvimento de programa de parceria com fornecedores com a finalidade de diminuir o volume de cana própria e, consequentemente, além de propiciar a sustentabilidade financeira dos fornecedores, reduzir o volume de investimentos na formação e manutenção da lavoura; (iii) redução do volume de investimentos industriais, uma vez que as últimas usinas entraram em operação no final de 2011 e a expansão da Unidade de Eldorado, com ampliação da capacidade de moagem de 2,1 para 3,5 milhões de toneladas de cana, foi concluída em julho de 2015; (iv) redução de custos agrícolas e otimização de rotas para corte, carregamento e transporte de cana; (v) diluição dos custos fixos por meio de maior eficiência e aproveitamento dos times agrícolas, com atingimento de recordes de moagem nas duas últimas safras e, consequentemente, maior ocupação das plantas industriais; (vi) aumento dos preços e da carga tributária da gasolina; (vii) nova política, anunciada em setembro de 2016 pela Petrobras, para os preços dos combustíveis, atrelando o preço da gasolina A aos preços internacionais do combustível; (viii) aumento da mistura do etanol anidro à gasolina de 25% para 27%, o que também fomenta as atividades no setor; (ix) monetização dos créditos tributários de ICMS, PIS e Cofins no montante aproximado de R\$ 400 milhões nas últimas três safras; (x) implantação, no 2º. semestre de 2014, do programa estruturado de redução de custos buscando, principalmente, sinergia entre as diversas áreas e operações da organização, com impacto aproximado de R\$ 560 milhões entre as safras 13/14 e 16/17, sendo concluído capturando toda a redução de custos esperada; (xi) entrada de recursos, ocorrida em novembro de 2014, por meio de emissão de debêntures privadas, no montante de R\$ 2 bilhões, subscritas pela Odebrecht Energia Participações S.A. (“OEP”); (xii) capitalização de R\$ 1,6 bilhão por parte do acionista controlador ocorrida na safra 15/16; e (xiii) estruturação de operações, diretamente com clientes e fornecedores, reduzindo as necessidades de capital de giro, no montante aproximado de R\$ 1,6 bilhão nas últimas três safras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todas as ações descritas acima impactaram, direta ou indiretamente, positivamente o fluxo de caixa, possibilitando um equilíbrio maior entre ativos e passivos circulantes. Grande parte das ações realizadas serão mantidas nas próximas safras onde se espera também:

(i) estabilização da política anunciada pela Petrobras para os preços dos combustíveis; (ii) ações do governo que possibilitem a manutenção da competitividade do etanol frente a gasolina, como a aprovação do programa do governo federal, RenovaBio, para expansão da produção de biocombustíveis no Brasil; (iii) concessão de incentivos ao setor, pelo governo federal, por meio de redução da carga tributária e acesso a linhas de financiamento mais acessíveis e com custo mais baixo para investimentos na operação, especialmente para formação e manutenção do canavial; e (iv) melhora da margem bruta em função da diluição da estrutura de gastos fixos dado o aumento gradativo do volume de moagem e do reflexo de todas as ações iniciadas em safras anteriores e que serão mantidas ao longo das próximas safras

- (d) A Administração entende que as ações e planos descritos anteriormente são suficientes para garantir a continuidade operacional da Companhia e suas controladas e para a equalização da situação de capital circulante líquido, para as próximas safras, bem como possibilitar o atingimento de resultados líquidos positivos no futuro. Caso seja necessário, recorrerá a recursos financeiros provenientes de terceiros ou de seus acionistas para garantir a conclusão desses planos e manutenção de seus investimentos e de suas operações, como já feito nos últimos exercícios.

(e) Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas de corrupção e lavagem de capitais, e que também envolvem empresas, ex-executivos e executivos, ex-empregados e empregados do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, ressalta-se que a Companhia e suas controladas não foram objeto de qualquer mandado de busca e apreensão. A Administração da Companhia e suas controladas reiteram que nenhum dos seus executivos ou ex-executivos foi indiciado ou tampouco condenado por qualquer ilegalidade.

No âmbito da Operação Lava Jato, embora a Companhia e suas controladas (i) não tenham sido notificadas como objeto de investigação; (ii) não tenham sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos; (iii) não tenham tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado, a Odebrecht S.A. ("ODB"), controlador indireto da Companhia e suas controladas, teve Acordo de Leniência ("Acordo") assinado em 1º de dezembro de 2016.

Esse acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e pela 13ª Vara Federal em Curitiba em 22 de maio de 2017, produzindo assim os efeitos cíveis inerentes. O Acordo foi tornado público pelo Ministério Público Federal, que já está postulando a aplicação das cláusulas do Acordo em juízo. Da mesma maneira, a ODB firmou acordo com o Departamento de Justiça Americano. A Administração informa que a Companhia e seus acionistas diretos não são subscritores dos mencionados Acordos, mas que estes beneficiaram todas as empresas do Grupo. A Companhia e seus acionistas diretos não assumirão responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista nos Acordos.

Desta forma, no melhor conhecimento da Administração da Companhia, não há razão para determinar que a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e de suas consequências e não há efeitos para serem reconhecidos na Companhia e suas controladas em 31 de março de 2017.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância com às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras de 31 de março de 2017, em 20 de junho de 2017.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conjuntamente, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Adicionalmente, o IASB emitiu alterações na IAS 16 – Imobilizado e IAS 41 – Agricultura, refletindo diretamente no CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola. A principal alteração, se deu na mensuração a valor justo de ativos biológicos de produção (BBA - *Bearer Biological Assets*), ou plantas portadoras, representadas pelas soqueiras da cana-de-açúcar. Estas, por sua vez, estão fora do escopo do IAS 41 e devem ser contabilizadas de acordo com o IAS 16, ou seja, custo menos exaustão acumulada e eventualmente perdas por *impairment*. O ativo biológico consumível, como cana em pé e frutos, até que sejam colhidos, devem ser mensurados ao valor justo e continuam no escopo do IAS 41.

A Companhia e suas controladas adotaram as alterações introduzidas às normas IAS 16 e IAS 41 vigentes a partir de 1º de abril de 2016, mudando sua base para a determinação do valor justo de seus ativos biológicos. Em conformidade com o CPC 23 – Políticas contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, a mudança foi aplicada retrospectivamente, considerando o período mais antigo, ou seja, 1º de abril de 2015 (saldo de abertura). A aplicação da norma resultou em ajustes nos saldos patrimoniais e de resultados divulgados nas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de março de 2015 e 2016, como segue:

	Balanco patrimonial em 31 de março de 2015					
	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes Adoção IAS 41 e 16	Reapresentado	Divulgado	Ajustes Adoção IAS 41 e 16	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Ativo biológico (nota 13)	-	-	-	-	547.460	547.460
Outros Ativos	2.488.918	-	2.488.918	3.370.079	-	3.370.079
Não circulante						
Ativo biológico (nota 13)	-	-	-	3.283.241	(3.283.241)	-
Imobilizado (nota 12)	-	-	-	4.723.205	2.735.781	7.458.986
Outros ativos	4.147.053	-	4.147.053	4.291.674	-	4.291.674
Total do ativo	6.635.971	-	6.635.971	15.668.199	-	15.668.199
Passivo						
Circulante	695.776	-	695.776	3.799.892	-	3.799.892
Não circulante	5.550.581	-	5.550.581	11.555.405	-	11.555.405
Patrimônio líquido	389.614	-	389.614	312.902	-	312.902
Total do passivo e patrimônio líquido	6.635.971	-	6.635.971	15.668.199	-	15.668.199

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Balanco patrimonial em 31 de março de 2016					
	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes Adoção IAS 41 e 16	Reapresentado	Divulgado	Ajustes Adoção IAS 41 e 16	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Ativo biológico (nota 13)	-	-	-	-	692.319	692.319
Outros Ativos	2.098.811	-	2.098.811	2.845.881	-	2.845.881
Não circulante						
Ativo biológico (nota 13)	-	-	-	2.926.277	(2.926.277)	-
Imobilizado (nota 12)	-	-	-	4.541.497	2.388.131	6.929.628
Outros ativos	4.125.989	(10.861)	4.115.128	1.976.924	-	1.976.924
Total do ativo	6.224.800	(10.861)	6.213.939	12.290.579	154.173	12.444.752
Passivo						
Circulante	1.858.607	-	1.858.607	6.164.839	-	6.164.839
Não circulante						
Provisão para perda em investimento (nota 11)	2.728.827	(165.034)	2.563.793	-	-	-
Outros passivos	3.191.877	-	3.191.877	7.680.257	-	7.680.257
Passivo a descoberto	(1.554.511)	154.173	(1.400.338)	(1.554.511)	154.173	(1.400.338)
Total do passivo e Passivo a descoberto	6.224.800	(10.861)	6.213.939	12.290.579	154.173	12.444.752

	Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de março de 2016					
	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes Adoção IAS 41 e 16	Reapresentado	Divulgado	Ajustes Adoção IAS 41 e 16	Reapresentado
Custo dos produtos vendidos (nota 22)	-	-	-	(3.524.276)	(208.156)	(3.732.435)
Valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	-	-	-	-	362.332	362.332
Resultado de participação em controladas (nota 11)	(1.658.321)	154.173	(1.504.148)	-	-	-
Prejuízo do exercício	(1.791.399)	154.173	(1.637.226)	(1.793.728)	154.173	(1.639.555)

Os resultados nas demonstrações do resultado abrangente e na demonstração da mutação do patrimônio líquido, se restringem ao efeito líquido do resultado apresentado acima. Os ajustes demonstrados acima, não provocaram efeitos nos totais das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos nas demonstrações de fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de março de 2015 e 2016.

2.3 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia possui diretamente, o poder de governança nas políticas financeiras e operacionais com objetivo de auferir benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto são levados em consideração na determinação do controle, nos casos aplicáveis. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas utilizam o método de contabilização da aquisição para registrar as combinações de negócios. Os saldos dos ativos e passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são transferidos para a aquisição de uma controlada a valor justo. Os saldos transferidos incluem o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não controladores, que é determinada em cada aquisição realizada, é reconhecida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação desses não controladores no valor justo de ativos líquidos, conforme a respectiva combinação de negócios.

O excesso dos ativos e passivos transferidos e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na empresa adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia ou de suas controladas no grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *ágio (goodwill)*. Nas aquisições em que se atribui valor justo aos acionistas não controladores, a determinação do *ágio* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na empresa adquirida, e o *ágio* é determinado considerando a participação da Companhia ou suas controladas e dos não controladores. Quando os ativos e passivos transferidos de valor menor que o valor justo dos ativos líquidos da empresa adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações com e entre as empresas controladas são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

(ii) Entidades consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas em 31 de março:

Controladas Diretas	Sede (País/UF)	31.03.17	31.03.16
Agro Energia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	Brasil	100,00%	100,00%
Centro Sul Transportadora Dutoviária Ltda. ("Centro Sul") (i)	Brasil/SP	-	100,00%
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Odebrecht Agroindustrial International Corp. ("ODB Int.")	IVB	100,00%	100,00%
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	Brasil/GO	100,00%	99,99%
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Controladas Indiretas			
OER Nova Alvorada Energia S.A. ("Nova Alvorada") (ii)	Brasil/MS	99,99%	-
OER Mineiros Energia S.A. ("Mineiros") (ii)	Brasil	82,49%	-
OER Teodoro Sampaio Energia S.A. ("Teodoro Sampaio") (ii)	Brasil/SP	99,99%	-
OER Caçu Energia S.A. ("Caçu") (ii)	Brasil/GO	99,99%	-
OER Rio Brillhante Energia S.A. ("Rio Brillhante") (ii)	Brasil/MS	99,99%	-
OER Mirante Energia S.A. ("Mirante") (ii)	Brasil/SP	99,99%	-

(i) Em 24 de março de 2017, a Centro Sul foi dissolvida e extinta societariamente.

(ii) Aquisição de participação acionária conforme Nota 11 (d).

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais atividades das controladas são como segue:

DASA , Eldorado e UCP: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol e açúcar.

Pontal: tem por objeto social o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol e açúcar VHP, além da cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, podendo ainda participar em outras empresas. Atualmente encontra-se em fase não operacional.

Rio Claro, Santa Luzia e Brencó: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol.

ODB Int.: *Off shore* localizada nas Ilhas Virgens Britânicas (“IVB”), que tem como atividade principal a revenda de açúcar e etanol das controladas operacionais da Companhia no mercado externo.

Centro Sul: tem por objeto social a prestação de serviço de transporte de combustíveis, incluindo, mas não se limitando, álcoois e derivados de petróleo, tais como gasolina e diesel, por meio de poliduto. Atualmente encontra-se em fase não operacional.

OER Caçu, OER Mineiros, OER Mirante, OER Nova Alvorada, OER Rio Brillhante e OER Teodoro Sampaio (em conjunto “**SPE’s de energia**”): tem como atividade principal a cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa. Em função da aquisição de participação das controladas indiretas da Companhia ter ocorrido em 22 de dezembro de 2016, o resultado consolidado contempla apenas os efeitos referentes ao período de 22 de dezembro de 2016 à 31 de março de 2017 dessas empresas. O resultado consolidado pro forma considerando os doze meses de operação das empresas de cogeração de energia, está demonstrado na Nota 11 (d).

(b) Operação dos ativos de cogeração de energia

No final da safra 13/14, os ativos de cogeração de energia elétrica de todas as controladas diretas (“Usinas”) da Companhia foram alienados às SPE’s de energia controladas, na oportunidade, pela Odebrecht Energia Renovável S.A. (“OER”). A operação envolveu, além do contrato de compra e venda entre as partes, a assinatura de outros dois instrumentos: (i) Acordo Operacional de Consórcio (o “Acordo”); e (ii) Contrato de Operação e Manutenção das Usinas Termoelétricas (UTES) das SPE’s (o “Contrato”).

O Acordo regula os termos e condições que regem o relacionamento das Consorciadas (Usinas e SPE’s), incluindo os direitos, obrigações e responsabilidades de cada uma das partes.

No âmbito do consórcio, as Usinas contribuem com os insumos em qualidade e quantidade suficientes para a cogeração de Energia Elétrica, em atendimento às características técnicas dos equipamentos de energia e as obrigações assumidas perante o Leilão de Energia Renovável (“LER”).

As SPE’s, por meio das UTE’s, contribuem com os equipamentos de cogeração de energia elétrica, com exclusividade, em favor do consórcio durante toda a vigência do acordo operacional, que vai até o vencimento da outorga concedida pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), bem como com os custos relacionados à operação e manutenção dos equipamentos.

No Acordo, as Usinas tem direito a receber energia suficiente para o consumo próprio, garantindo a execução de suas atividades operacionais e as SPE’s tem direito a comercializar 100% do excedente de energia.

O Acordo Operacional de Consórcio regula ainda particularidades decorrentes do volume de energia elétrica gerada em relação ao plano original pactuado entre as Usinas e as SPE’s.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Contrato estabelece o compromisso comercial das Usinas de executar a operação e realizar as manutenções programadas e não programadas nos equipamentos das UTE's. Em decorrência dessa prestação de serviço as Usinas são remuneradas por valores fixados nos contratos, os quais são anualmente corrigidos pela variação do Índice de Preço do Consumidor Amplo (IPCA).

Conforme demonstrado na nota 2.3 (a)(ii), em 22 de dezembro de 2016 as Usinas passaram a ter participação majoritária nas SPE's.

(c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados a instrumentos designados em operações de *hedge* de fluxo de caixa, quando são incluídas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionadas às operações de *hedge* de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado nas despesas financeiras nas rubricas, "Juros passivos, Variação cambial passiva e Variação monetária passiva", os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado nas receitas financeiras nas rubricas, "Rendimento com aplicações financeiras", conforme Nota 23.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

Quando aplicável, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas nas demonstrações de fluxo de caixa. As contas garantidas, quando utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas" e "Outros créditos".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são classificados em nenhuma outra categoria e não são derivativos. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso das controladas da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem os Certificados do Tesouro Nacional - CTN. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como “ajuste a valor de mercado” (Nota 23).

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Ganhos e perdas de títulos de investimento".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas avaliam no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas que a Companhia capta em moeda estrangeira através de suas controladas, para financiamento de suas exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no Patrimônio Líquido, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. As controladas diretas não adotam a prática contábil de *hedge accounting*, uma vez que os instrumentos de *hedge* são contratados no contexto das operações consolidadas da Companhia e de suas controladas e, dessa forma, não é praticável a utilização dessa política nas demonstrações individuais das controladas. Nesse contexto, as demonstrações financeiras individuais das controladas são ajustadas, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, objetivando o alinhamento das práticas contábeis da Companhia (controladora). Assim como os derivativos classificados como *hedge*, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação.

A Companhia pode designar os instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos como:

- *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia e suas controladas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos de instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 17.

O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os financiamentos em moeda estrangeira designados para *hedge accounting* são classificados no passivo circulante através do custo amortizado. As amortizações que possuem vencimento acima de doze meses são registradas no passivo não circulante (Nota 2.17).

Para propósito de *hedge*, as controladas da Companhia, amparam-se nas políticas de Gestão de Riscos de Mercado da organização Odebrecht Agroindustrial classificando os instrumentos financeiros aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa. As controladas consideram altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada. Conforme as políticas de *hedge*, periodicamente são realizados testes com o objetivo de comprovar a efetividade das operações.

(a) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco "*hedgado*". A Companhia e suas controladas só aplicam a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swap* de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas, o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva e as variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas no resultado financeiro do exercício.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o exercício até o vencimento.

(b) Hedge de fluxo de caixa

As parcelas efetivas das variações no valor justo de derivativos e das variações cambiais dos financiamentos em moeda estrangeira, designadas e qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro do exercício (Nota 23).

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado, nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva do *swap* de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis, e o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido como resultado financeiro do exercício (Nota 23).

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado financeiro do exercício (Nota 23).

(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente como resultado financeiro do exercício (Nota 23).

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante.

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos efetuados, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

Os gastos com manutenção e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra.

2.10 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, se aplicável, quando não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

2.11 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio contabilizado nas controladas antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes das novas práticas contábeis, é representado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado nas demonstrações consolidadas como "Ativo intangível". Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa.

O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de *impairment*, dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

A administração da Companhia considera que cada polo industrial (seis ao todo) corresponde à uma UGC, constituída por uma ou duas unidades industriais, que operam de forma coordenada.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.13 Imobilizado

As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas das controladas. As terras não são depreciadas.

As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27/IAS16, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado e são mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*. O impacto da adoção desse pronunciamento, aplicável a partir de 1º de abril de 2016, e retroativo a 1º de abril de 2015, nos ativos imobilizados da Companhia, especificamente nas lavouras de cana-de-açúcar, está demonstrada na Nota 2.2.

Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem, substancialmente, aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita.

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2002, para as controladas diretas DASA e Pontal, e pelo custo histórico para as demais controladas, deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei no 11.638/07".

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques e apropriados ao custo de produção durante a próxima safra.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.15).

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Ativo biológico

Os ativos biológicos compreendem os produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Os ativos biológicos são mensurados ao seu valor justo.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 13.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado no resultado na rubrica “Valor justo dos ativos biológicos”. A partir de 1º de abril de 2016, o critério de contabilização segue os pronunciamentos técnicos CPC 29 e CPC 27, conforme descrito na Nota 2.2.

2.15 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

2.16 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo e/ou financiamento são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e/ou financiamento ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre as debêntures é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.

2.18 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes, são calculados com base na legislação vigente, na data do balanço em que a Companhia e suas controladas geram lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas atuais desses impostos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme previsão do art. 75 da Lei nº. 12.973/14, a Companhia e suas controladas optaram pela aplicação antecipada das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º à 70 para o ano-calendário de 2014 (obrigatória a partir de 2015). A referida legislação extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT) instaurado pela Lei nº. 11.638/07, regulamentando, em caráter definitivo, os efeitos tributários das normas contábeis incorporadas pela aplicação dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.20 Reconhecimento de receita

(a) Venda de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia no caso do consolidado.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.21 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia e suas controladas arrendam certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia e suas controladas detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.22 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Referem-se, principalmente, aos efeitos do acerto anual do Acordo Operacional de Consórcio (“Acordo”) entre as Usinas controladas indiretamente pela Companhia e as SPE’s, conforme Nota 2.3(b), anteriores a 22 de dezembro de 2016, uma vez que, a partir dessa data os ajustes passaram a ser eliminados para fins de consolidação.

2.23 Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes, referem-se à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:

(a) Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 13.

(b) Perda (*impairment*) estimada do ágio e outros ativos

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam a recuperabilidade dos ágios e demais ativos (teste de *impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12 (a).

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica.

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos.

(e) Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(f) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As controladas da Companhia realizam operações com instrumentos financeiros objetivando a proteção dos riscos de mercado decorrentes das variações do preço do açúcar internacional, do etanol, da taxa de câmbio e das taxas de juros internacionais.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A atividade de gestão de riscos é regida por uma Política formal de Gestão de Riscos Financeiros devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e sob a responsabilidade do Comitê de Gestão de Riscos, que é composto por responsáveis das principais áreas envolvidas com o processo, como finanças (inclui área de gestão de riscos), comercial e operações. A Política define todas as características da atividade de gestão de riscos, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o acompanhamento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites, critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez e instrumentos financeiros aprovados para negociação.

O objetivo da Gestão de Riscos é a proteção do fluxo de caixa visando, através da redução da volatilidade com instrumentos derivativos, regular as principais exposições de riscos comerciais e financeiros oriundos da operação. Para isso, os instrumentos derivativos são utilizados apenas em posições contrárias à exposição operacional.

Para as exposições relativas às operações de commodities agrícolas e taxa de juros, a estratégia se baseia na tomada de posições de instrumentos financeiros derivativos, cujos prazos de vencimento são de 24 meses e até o final do contrato, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos aprovados para gerenciar esses riscos incluem contratos de Opções, Futuros, *Non Deliverable Forward* (NDFs) e *Swaps*. A utilização desses instrumentos está sujeita a análises profundas sobre precificação, cotação competitiva, impacto contábil e outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e outras metodologias de gestão de risco, como “*Value at Risk*” e “*Cash Flow at Risk*”.

Os contratos derivativos são monitorados e avaliados diariamente e tem sua estratégia ajustada de acordo com as condições de mercado. Os derivativos podem ser utilizados para modificar o retorno das operações conforme julgamento sobre as condições mais adequadas, procurando igualar os direitos advindos das obrigações representadas pelas operações contratadas. A contratação de instrumentos financeiros derivativos visando às modificações do retorno de suas operações é realizada para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente. Não são realizadas posições alavancadas ou especulativas com derivativos.

As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como *hedge* para fins contábeis na data da operação.

Derivativos podem ser designados como *hedge* para aplicação de *Hedge Accounting*. A designação não é obrigatória mas, em geral, as operações com derivativos são designados como *hedge* quando a aplicação de *Hedge Accounting* proporcionar melhorias relevantes na demonstração dos efeitos compensatórios dos derivativos sobre variações dos itens objeto de *hedge*.

Para determinar o valor justo estimado dos derivativos, as controladas utilizam cotações de operações semelhantes ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro bem como metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes que não sofrem alterações de critério sem razão relevante. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

As controladas estão expostas à variação cambial relativa a valores a receber resultante de receitas de exportação, dívidas contratadas em moeda estrangeira, custos de produção atrelados ao indicador ATR Consecana e custos com insumos agrícolas indexados ao dólar norte-americano, que são administradas quando necessário e conforme premissas estabelecidas na Política de Gestão de Riscos Financeiros, por meio de estratégia de *hedge* com contratos de (NDFs), e fluxos de pagamentos de dívidas que são protegidos através de contratos de *swaps*. Todas as operações são efetuadas com instituições financeiras de primeira linha.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a proteção de seus resultados operacionais, as controladas concluíram, através de modelos estatísticos, que os derivativos contratados são altamente correlacionados com a variação da taxa cambial do real frente ao dólar estadunidense, de forma a fornecer proteção contra as variações de taxa de câmbio que impactam seu fluxo de caixa. As controladas classificam esses derivativos de câmbio como “*Hedge* de Fluxo de Caixa” para efeito de contabilização, apresentando a valor justo no Ativo ou no Passivo e reconhecendo as variações de valor de justo dos *hedges* efetivos no Patrimônio Líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial” (AAP) para reconhecimento subsequente ao resultado no mesmo período em que ocorrer o reconhecimento das operações “*hedgedas*”.

Em 1º de setembro de 2014, as controladas diretas da Companhia designaram passivos financeiros não derivativos para *hedge accounting* de exportação, denominados em dólares norte-americanos, emitidos com partes externas, a nível consolidado, como instrumento de proteção de cobertura dos fluxos de exportações futuras também a nível consolidado. Desta forma, o impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólar derivado dessas exportações será compensado com a variação cambial dos passivos financeiros não derivativos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado consolidado.

No exercício findo em 31 de março de 2017, os passivos financeiros não derivativos designados como instrumento de cobertura do fluxo das exportações futuras altamente prováveis, totalizaram um efeito positivo no patrimônio líquido da controlada direta de R\$ 254.470, refletindo de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia.

As controladas reconhecem no resultado financeiro, na rubrica “Porção inefetiva de *hedge accounting*”, a variação de valor justo das operações de *hedge* não consideradas altamente efetivas. A efetividade das operações de *hedges* é estimada por métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das operações, que é compensada pela variação do valor justo de mercado dos derivativos.

O valor justo das NDFs é estimado com base no fluxo de caixa descontado das operações.

Em 31 de março de 2017 e 2016, as controladas diretas da Companhia não tiveram resultado de transações de *hedge* de taxa de câmbio na rubrica “Liquidação de termo de câmbio”. Nos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016, as controladas diretas da Companhia não tiveram resultado operacional de transações de *hedge* de taxa de câmbio, bem como não mantém operações em aberto na data base das demonstrações financeiras ou resultados registrados no patrimônio líquido.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

As controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes resulte em um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em Reais, e da variação do CDI diário, compensado por aplicações em CDB. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita principalmente à flutuação da LIBOR.

Em 31 de março de 2017, não haviam transações de *hedge* de taxa de juros para eventos futuros, mensurados como efetivos e registrados no patrimônio líquido (R\$ 1.271 - 2016). O saldo foi continuamente reconhecido no resultado conforme a dívida foi apropriada.

No exercício findo em 31 de março de 2017, a apropriação totalizou R\$ 1.378 (R\$ 2.460 - 2016), ambos registrados como despesa financeira na rubrica “Liquidação de *hedge* de taxa de juros, substancialmente *SWAP*” (Nota 23), e o impacto no caixa (pagamento) foi de R\$ 1.378 (R\$ 2.460 - 2016).

Durante o mesmo exercício não houve reconhecimento de perda financeira na rubrica “Porção inefetiva de *hedge accounting*”. Para contratos de *swap* não designados para *hedge accounting*, a Companhia e suas controladas diretas não obtiveram resultados registrados na rubrica “Perdas nos derivativos não designados para *hedge*” em 2017 e 2016.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2017 e 2016, não haviam contratos de *swap* não designados para *hedge accounting* em aberto.

(iii) Risco de Preços de Açúcar

As controladas estão expostas à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto. À variação do preço de açúcar, é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY). Conforme Política vigente de Gestão de Riscos Financeiros a Administração da Companhia e de suas controladas está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas de até 100% da produção prevista para a safra corrente e até 50% da produção da safra seguinte. A contratação de operações que excedam a 50% da produção prevista para o próximo ano-safra deve ser aprovada obrigatoriamente pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos acredita que os derivativos utilizados são altamente correlacionados com a variação de preço dos produtos, o que torna os derivativos de Sugar #11 eficazes na compensação das flutuações dos preços do açúcar, de forma a fornecer proteção a quedas de preços no valor de referência de suas receitas. O valor justo dos derivativos de Sugar #11 é estimado com base em informações públicas disponíveis no mercado financeiro.

A maioria dos derivativos de açúcar é classificado como “*Hedge* de fluxo de caixa” para efeito de contabilização. Para as operações assim classificadas, as variações de valor justo dos *hedges* efetivos são registrados no Patrimônio líquido, na rubrica de “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, para posterior reconhecimento no resultado no mesmo período em que as operações “*hedgeadas*” são realizadas. A variação de valor justo das operações de *hedge* não consideradas altamente efetivas é reconhecida no resultado financeiro, na rubrica de “Perdas nos derivativos não designados para *hedge*”. A efetividade das operações de *hedge* é estimada por métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das operações que é compensada pela variação do valor justo de mercado de derivativos.

No exercício findo em 31 de março de 2017, os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*Hedge* de fluxo de caixa” avaliados como efetivos foram contabilizados como receita, no montante de R\$ 7.735 (despesa R\$ 4.073 – 2016) no resultado operacional, na rubrica “(Perda) ganho nas operações de *hedge* pelo embarque” (Nota 21).

Em 31 de março de 2017, a Companhia e suas controladas diretas não possuem transações designadas como *hedge* de açúcar, em aberto, para vencimentos em exercícios futuros (R\$ 21 – 2016), bem como, perdas não realizadas mensuradas como efetivas e registradas no patrimônio líquido (R\$ 2.909 – 2016).

Adicionalmente, no exercício não ocorreram atrasos em embarques designados como objeto de *hedge*, represados no patrimônio líquido (ganhos de R\$ 1.403 - 2016). No mesmo exercício não houve reconhecimento de resultado financeiro na rubrica (“Porção inefetiva de *hedge accounting*”).

Para os instrumentos derivativos não designados para *Hedge Accounting*, as controladas da Companhia reconheceram, no exercício findo em 31 de março de 2017, perdas líquidas no montante de R\$ 1.083 (perda R\$ 1.480 - 2016) com futuros e opções, registrados nas receitas financeiras, na rubrica “Perda nos derivativos não designados para *hedge*, líquidas” (Nota 23).

A companhia não possui contratos em aberto de açúcar em 31 de março de 2017.

(iv) Risco de Preço de Etanol

As controladas estão expostas à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessário, é feita por meio de contratos futuros de Etanol Hidratado na bolsa de mercadorias futuras da BM&F-Bovespa.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Comitê de Gestão de Riscos acredita que os derivativos de Etanol são eficazes para a proteção de suas receitas atreladas à flutuação do preço do etanol. São utilizadas fontes públicas no mercado financeiro para a mensuração do valor justo dos derivativos.

Em 31 de março de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas diretas não possuíam contratos em aberto, bem como não possuíam resultado represado no patrimônio líquido, e não reconheceram resultados referente à transações de *hedge* de preços de etanol no decorrer do exercício.

(b) Risco de crédito

Risco de crédito com contrapartes são gerados por depósitos e ingressos em instrumentos financeiros derivativos com bancos e instituições financeiras. As controladas da Companhia gerem seus riscos de crédito efetuando operações apenas com instituições de primeira linha e que possuem *ratings* fornecidos por agências internacionais como *Fitch Rating, Standard & Poor's e Moody's Investor* e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração através da Política de Gestão de Riscos Financeiros. Caso ocorram mudanças de perspectivas quanto ao risco de crédito das instituições financeiras, as operações a serem contratadas ou em andamento deverão ser objeto de aprovação no Comitê de Gestão de Riscos.

Operações realizadas na bolsa de mercadorias de Nova Iorque – NYBOT (ICE-NY) e na bolsa de mercadorias de São Paulo – BM&F-Bovespa são consideradas como operações cujo risco de contraparte é aceito pelas controladas.

(c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e de suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moedas nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área financeira. Os detalhes do plano da administração para administrar o risco de liquidez estão descritos na Nota 1.

(d) Componentes de AAP decorrentes de operações de *hedge* e passivos financeiros

Considerando a participação no Patrimônio Líquido das controladas, os derivativos designados para *Hedge Accounting* geraram saldos finais de AAP, no patrimônio líquido. Esses foram considerados de forma reflexa no patrimônio líquido da controladora, líquidos de impostos.

O resultado da variação cambial dos passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge* também geraram saldos finais de AAP. Esses resultados são ajustados nas demonstrações financeiras individuais, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, buscando a uniformidade com as práticas contábeis da Companhia, que utiliza a prática do *hedge accounting* (Nota 2.7).

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016 estão assim apresentados:

	31.03.17	Consolidado 31.03.16 (Reapresentado)
Gestão de Capital		
Total dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	8.419.095	10.277.165
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(296.799)	(142.457)
Dívida líquida	8.122.296	10.134.708
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	4.373.933	(1.400.344)
Capital total	12.496.933	8.734.364
Índice de alavancagem financeira - %	65,00%	116,03%

O capital não é administrado no nível individual da controladora, somente no consolidado.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Mantido até o vencimento	Total
Consolidado			
Em 31 de março de 2017			
Ativos, conforme o balanço patrimonial:			
Contas a receber de clientes	264.806	-	264.806
Aplicações financeiras	3.472	55.174	58.646
Caixa e equivalentes de caixa	238.153	-	238.153
Outros (i)	1.553.826	-	1.553.826
	<u>2.060.257</u>	<u>55.174</u>	<u>2.115.431</u>

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio de resultado	Mantido até o vencimento	Total
Consolidado				
Em 31 de março de 2016				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Contas a receber de clientes	155.201	-	-	155.201
Aplicações financeiras	33.181	-	3	33.184
Caixa e equivalentes de caixa	109.273	-	-	109.273
Operações com derivativos	-	99	-	99
Outros (i)	2.265.406	-	-	2.265.406
	<u>2.563.061</u>	<u>99</u>	<u>3</u>	<u>2.563.163</u>

- (i) São compostos do saldo do ativo circulante e não circulante registrado nas rubricas “Outros créditos e Partes relacionadas”.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos das contas do ativo circulante e não circulante registrado nas rubricas “Estoques, Tributos a recuperar, Imposto de renda e Contribuição social diferidos e Depósitos judiciais” estão excluídos do quadro, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Consolidado	
	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de março de 2017		
Passivos, conforme o balanço patrimonial:		
Empréstimos e financiamentos	8.840.222	8.840.222
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	522.319	522.319
	<u>9.362.541</u>	<u>9.362.541</u>

	Consolidado		
	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de março de 2016			
Passivos, conforme o balanço patrimonial:			
Empréstimos e financiamentos	-	11.615.186	11.615.186
Instrumentos financeiros derivativos	1.554	-	1.554
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	-	714.404	714.404
	<u>1.554</u>	<u>12.329.590</u>	<u>12.331.144</u>

- (ii) São compostos dos saldos das contas do passivo circulante e não circulante registrado nas rubricas “Fornecedores, Salários e encargos, Outros débitos e Partes relacionadas”.

O saldo das contas do passivo circulante e não circulante registrado nas rubricas “Tributos a recolher, Tributos parcelados, Adiantamento de clientes, Imposto de renda e contribuição social diferidos e Provisão para contingências”, estão excluídos do quadro, uma vez que é exigida somente para instrumentos financeiros.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Caixa e bancos	2.604	2.575	56.910	84.730
Equivalentes de caixa: no Brasil	-	-	181.243	24.543
	<u>2.604</u>	<u>2.575</u>	<u>238.153</u>	<u>109.273</u>

(b) Aplicações financeiras

		Consolidado	
		31.03.17	31.03.16
Mantidas para negociação			
Aplicações em moeda nacional		58.646	30.292
Aplicações em moeda estrangeira		-	2.892
		<u>58.646</u>	<u>33.184</u>
Ativo circulante		<u>(3.472)</u>	<u>(33.181)</u>
Ativo não circulante		<u>55.174</u>	<u>3</u>
Mantidas até o vencimento			
Redutora do passivo não circulante (Nota 15)			
CTN (a)			
	IGPM (b)	<u>134.323</u>	<u>115.560</u>

(a) CTN - Certificado do Tesouro Nacional

(b) IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31.03.17	31.03.16
Contas a receber - em Reais		
de clientes	189.313	97.740
de partes relacionadas	5.507	10.765
Menos: perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(1.768)	(2.866)
Contas a receber – em Dólar		
de clientes (2017 – US\$ 16.307 mil e 2016 – US\$ 3.722 mil)	51.059	13.247
de partes relacionadas (2017 – US\$ 6.609 mil e 2016 – US\$ 10.204 mil)	20.695	36.315
	<u>264.806</u>	<u>155.201</u>

Os valores a receber possuem vencimentos inferiores a três meses e seu valor justo se aproxima do valor contábil em 31 de março de 2017.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não cederam nenhum título como garantia.

8 Estoques

	Consolidado	
	31.03.17	31.03.16
Produtos acabados	140.960	166.642
Adiantamentos a fornecedores		
Cana-de-açúcar (parceria agrícola)	345.493	265.235
Insumos e outros	4.186	4.254
	<u>349.679</u>	<u>269.489</u>
Custos a apropriar do período de entressafra	368.284	349.333
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção	132.655	156.380
Estoques em poder de terceiros	-	9
	<u>500.939</u>	<u>505.722</u>
Total	991.578	941.853
Ativo circulante	<u>(851.833)</u>	<u>(823.356)</u>
Ativo não circulante - Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar (parceria agrícola)	<u>139.745</u>	<u>118.497</u>

Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar incluem adiantamentos relacionados a contratos de parceria agrícola. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da Administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar desses parceiros.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS")	-	1.904	535.653	510.218
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	-	-	141.139	115.356
Programa de integração social ("PIS")	-	414	106.817	112.345
Imposto de renda retido na fonte (i)	5.685	5.063	28.032	9.301
Outros tributos a recuperar	1.862	1.774	27.852	37.173
Total	7.547	9.155	839.493	784.393
Ativo circulante	(6.013)	(9.155)	(669.291)	(405.850)
Ativo não circulante	1.534	-	170.202	378.543

Os saldos de COFINS, ICMS e PIS a recuperar são, substancialmente, decorrentes de créditos tomados na aquisição de bens do ativo imobilizado e insumos, realizáveis em até 48 meses, conforme legislação fiscal vigente, e também originados de benefícios fiscais.

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente.

A Companhia e suas controladas diretas vem monetizando os créditos acumulados de PIS e COFINS, por meio de compensação com outros tributos federais. Em 31 de dezembro de 2016 encerrou-se o prazo de vigência da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, que instituiu crédito presumido de PIS e COFINS de R\$ 120 por m³ vendido de etanol, o que possibilitará o escoamento, de forma mais acelerada, dos créditos de PIS e COFINS nas próximas safras.

(i) Em dezembro de 2015 as Usinas (controladas diretas) liquidaram praticamente a totalidade do passivo (principal e juros) de debêntures junto a ODB AGRO, que assumiu os créditos decorrentes da venda dos ativos de cogeração de energia elétrica às SPE's controladas pela OER. O saldo dessa rubrica, está representado, substancialmente, pelo imposto de renda retido no pagamento dos juros.

10 Partes relacionadas

A Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora, controladas e outras partes relacionadas. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo ODB Agro como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada. Os principais saldos e operações são como segue:

(a)

Saldos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
No ativo circulante					
Em conta específica:					
Contas a receber de clientes – mercado interno					
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	406	288	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	236	236	-	-
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(a)	201	231	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	7	236	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	-	236	-	-
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(a)	-	231	-	-
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. ("ODB Inv")	(a)	-	118	-	118
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")	(a)	-	118	-	120
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(b)	-	-	5.507	10.527
		<u>850</u>	<u>1.694</u>	<u>5.507</u>	<u>10.765</u>
Contas a receber de clientes – mercado externo					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(b)	-	-	20.695	36.315

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Partes relacionadas					
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. ("ODB Inv")	(c)	1.085.961	1.085.961	1.085.961	1.085.961
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")	(d)	122.351	122.351	122.351	122.351
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(e)	28.644	30.155	-	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")	(e)	8.766	-	8.860	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(b)	2.459	2.459	7.688	63.209
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(e)	179	-	-	-
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. ("ODB Inv")	(e)	49	-	49	-
		<u>1.248.409</u>	<u>1.240.926</u>	<u>1.224.909</u>	<u>1.271.521</u>
CPR-F Intercompany					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(f)	890	514.269	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(f)	-	99.150	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(f)	-	94.231	-	-
		<u>890</u>	<u>707.650</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Debêntures					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(g)	-	80.298	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(g)	-	17.183	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(g)	-	8.261	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(g)	-	7.600	-	-
		<u>-</u>	<u>113.342</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>1.249.299</u>	<u>2.061.918</u>	<u>1.224.909</u>	<u>1.271.521</u>
No ativo não circulante					
Partes relacionadas:					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(h)	864.938	1.103.209	-	-
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(h)	638.009	540.126	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(h)	392.753	588.187	-	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")	(h)	241.567	288.375	241.567	288.375
Odebrecht Agroindustrial International Corp. ("ODB Int.")	(h)	99.509	-	-	-
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(h)	18.416	16.421	-	-
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. ("ODB Inv")	(h)	10.384	9.998	10.384	9.998
Centro Sul Transportadora Dutoviária Ltda. ("Centro Sul")	(h)	-	5	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(i)	-	-	6.298	642.192
		<u>2.265.576</u>	<u>2.546.321</u>	<u>258.249</u>	<u>940.565</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
CPR-F Intercompany					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. (“Brenco”)	(f)	141.581	17.798	-	-
		<u>141.581</u>	<u>17.798</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Debêntures					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. (“Brenco”)	(g)	-	131.635	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. (“Santa Luzia”)	(g)	-	28.169	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. (“UCP”)	(g)	-	13.543	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. (“Rio Claro”)	(g)	-	12.459	-	-
		<u>-</u>	<u>185.806</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>2.407.157</u>	<u>2.749.925</u>	<u>258.249</u>	<u>940.565</u>
No passivo circulante					
Em conta específica:					
Fornecedores:					
Destilaria Alcídia S.A. (“DASA”)	(e)	1.893	1.057	-	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. (“ODB Agro”)	(e)	-	-	56	56
		<u>1.893</u>	<u>1.057</u>	<u>56</u>	<u>56</u>
Empréstimos e financiamentos					
Odebrecht S.A. e suas controladas (“ODB”)	(h)	-	-	55.412	817.659
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.512</u>	<u>817.659</u>
Partes relacionadas					
Usina Conquista do Pontal S.A. (“UCP”)	(e)	37.602	35.295	-	-
Usina Eldorado S.A. (“Eldorado”)	(e)	23.219	21.660	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. (“Santa Luzia”)	(e)	19.011	30.214	-	-
Destilaria Alcídia S.A. (“DASA”)	(e)	6.029	12.005	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. (“Rio Claro”)	(e)	5.010	22.994	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas (“ODB”)	(b)	45	-	3.519	34.158
Pontal Agropecuária S.A. (“Pontal”)	(e)	-	243	-	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. (“ODB Agro”)	(e)	-	2.944	30.058	98.883
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. (“ODB Inv”)	(e)	-	331	45	509
Destilaria Alcídia S.A. (“DASA”)	(j)	-	-	12.393	-
		<u>90.916</u>	<u>125.686</u>	<u>46.015</u>	<u>133.550</u>
Adiantamento de clientes					
Odebrecht S.A. e suas controladas (“ODB”)	(b)	-	-	139.144	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>139.144</u>	<u>-</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
No passivo não circulante					
Em conta específica:					
Adiantamento de clientes					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(b)	-	-	13.417	182.784
		-	-	13.417	182.784
Empréstimos e financiamentos					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(h)	7.484	520.362	365.715	520.362
		7.484	520.362	365.715	520.362
Partes Relacionadas					
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(k)	998.545	1.448.814	-	-
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(k)	122.224	155.032	-	-
Odebrecht Agroindustrial International Corp ("ODB Int.")	(k)	-	49.349	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(k)	82.602	32.087	-	-
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(j)	-	-	70.296	73.051
		1.203.371	1.685.282	70.296	73.051

(b) Transações

Vendas de mercadorias e serviços

Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	103	103	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	103	103	-	-
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(a)	103	103	-	-
Agro Energia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	103	103	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	103	103	-	-
Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(a)	103	103	-	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")	(a)	103	103	-	-
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. ("ODB Inv")	(a)	103	103	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(b)	-	-	318.112	139.239

Despesas financeiras

Odebrecht Agroindustrial S.A.	(g)	-	-	(9.638)	(153.573)
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(h)	(109.800)	-	(165.946)	(125.791)

Receitas financeiras

Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. ("ODB Inv")	(c)	42.576	160.904	42.576	160.904
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")	(d)	4.797	18.163	4.797	18.163
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(b)	-	3.251	31.598	262.984
Odebrecht Agroindustrial S.A.	(g)	-	-	-	-

Outras receitas / (despesas) operacionais, líquidas

Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(b)	(16)	300	(32.581)	(17.588)
---	-----	------	-----	----------	----------

- (a) Refere-se a remuneração anual firmada em contrato, à administradora da operação de conta corrente ODB Par e suas controladas, conforme descrito na Nota 10 (j), abaixo.
- (b) Referem-se as transações comerciais ocorridas entre empresas do grupo Odebrecht S.A.
- (c) Refere-se a repasse de recursos junto à ODB Inv.
- (d) Refere-se a repasse de recursos junto à ODB Agro.
- (e) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamentos de despesas firmado em 2009 entre a ODB Par, ODB Agro, ODB Inv. e suas controladas, objetivando alocar de forma adequada os referidos gastos em cada uma das empresas beneficiadas.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (f) Refere-se a repasse de recursos tomados pela companhia, conforme mencionados na nota Nota 15(f).
- (g) Refere-se a repasse de recursos tomados pela companhia, conforme mencionados na nota Nota 15(i).
- (h) Referem-se a transações financeiras entre empresas do grupo Odebrecht S.A.
- (i) Refere-se a créditos decorrentes da venda dos ativos de cogeração de energia elétrica (Nota 2.3 (b)) às SPE's controladas pela OER. Em dezembro de 2015 as Usinas, controladas diretas da Companhia, liquidaram praticamente a totalidade do passivo (principal e juros) de debêntures junto a ODB Agro, utilizando os créditos supra mencionados.
- (j) Refere-se a repasse de recursos tomados pela ODB Agro, na modalidade de debêntures, conforme mencionados na nota Nota 15(i)(ii). Em função do descrito no item (i) acima, os saldos foram praticamente liquidados em dezembro de 2015.
- (k) Refere-se aos saldos mantidos entre a ODB Par, ODB Agro, ODB Inv. e suas controladas através de contrato de conta corrente e têm o propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não incidem encargos financeiros. Vale destacar que a ODB Par, gestora do caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos em sociedades controladas

(a) Informações sobre os investimentos

Investimentos				Quantidade de ações ou cotas possuídas		Participação no capital social		(Prejuízo) lucro líquido do exercício		Patrimônio líquido (passivo à descoberto)	
				31.03.17	31.03.16						
	Ações ON(a)	Ações PN(b)	Cotas	Total	Total	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
(i) Diretos											
Brenco Brasil	235.644.653.354.968	-	-	235.644.653.354.968	26.781.287.666.968	100,00	100,00	(574.498)	(651.943)	280.016	(1.270.073)
Centro Sul (*)	-	-	6.150.000	6.150.000	6.150.000	100,00	100,00	-	-	-	3
DASA	27.950.598.051.395	99.360	-	27.950.598.150.755	13.545.342.565.115	100,00	100,00	(84.133)	(78.273)	(308.585)	(374.106)
Eldorado	1.025.235.736	-	-	1.025.235.736	681.550.680	100,00	100,00	(26.842)	(120.949)	1.505.738	1.066.023
ODB Int.	6.650.000	-	-	6.650.000	6.650.000	100,00	100,00	(10.355)	5.568	(12.486)	(2.132)
Pontal	61.664.003	34.310	-	61.698.313	61.698.313	100,00	100,00	(802)	(1.203)	1.592	2.390
Rio Claro	100.165.112.276.000	-	-	100.165.112.276.000	3.017.121.713.658	100,00	99,99	(113.250)	(86.520)	291.411	(543.444)
Santa Luzia	93.432.472.283.522	-	-	93.432.472.283.522	140.266.522	100,00	100,00	(67.453)	(98.680)	884.292	67.530
UCP	95.985.897.817.571	-	-	95.985.897.817.571	20.390.492.700.571	100,00	100,00	(274.002)	(409.672)	267.105	(377.977)
(ii) Indiretos											
OER Caçu (**)	38.421.327.847.000	-	-	38.421.327.847.000	-	99,99	-	(442)	-	319.804	-
OER Mineiros (**)	728.981.589	-	-	728.981.589	-	82,49	-	14.883	-	1.117.374	-
OER Mirante (**)	46.256.145.585.000	-	-	46.256.145.585.000	-	99,99	-	6.779	-	415.827	-
OER Nova Alvorada (**)	39.593.760.827.000	-	-	39.593.760.827.000	-	99,99	-	3.843	-	340.242	-
OER Rio Brilhante (**)	76.412.418.927.000	-	-	76.412.418.927.000	-	99,99	-	5.696	-	681.413	-
OER Teodoro Sampaio (**)	10.374.994.175.000	-	-	10.374.994.175.000	-	99,99	-	10.700	-	122.688	-

(a) Ações ON - Ações Ordinárias Nominativas

(b) Ações PN - Ações Preferenciais Nominativas

(*) Participação até 24/03/2017 conforme (Nota 2.3 (a) (ii) (i))

(**) Participação adquirida em 22/12/2016 conforme (Nota 2.3 (a) (ii) (ii))

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos

	Eldorado	Rio Claro	Santa Luzia	Pontal	UCP	Brenco	Centro Sul(i)	CTC Centro de Tecnologia Canavieira	Controladora		Consolidado	
									31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)	31.03.17	31.03.16
Saldo inicial (Reapresentado)	1.066.023	-	67.530	2.390	-	-	3	68.791	1.204.737	1.460.054	101.481	101.478
Ajuste de avaliação patrimonial - Derivativos	(115)	-	-	-	-	-	-	-	(115)	393	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial – <i>Hedge Accounting</i>	39.482	-	5.823	-	-	-	-	-	45.305	(4.465)	-	-
Ativos Financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	9.382	9.382	-	-	-
Participação no resultado das controladas	(66.324)	-	(73.276)	(798)	-	-	-	-	(140.398)	(216.363)	-	-
Transferência da provisão de perda de investimento	-	292.152	-	-	270.294	280.016	-	-	842.462	(34.883)	-	-
Aumento de capital	545.489	-	934.323	-	-	-	-	-	1.479.812	377.424	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(377.424)	-	-
Extinção de controlada	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)	-	-	-
Perda de participação em controladas	(79.344)	-	(50.286)	-	-	-	-	-	(129.630)	-	-	-
Investimento em outras sociedades	527	-	178	-	-	-	-	-	705	-	12.281	3
Saldo final de investimentos	1.505.738	292.152	884.292	1.592	270.294	280.016	-	78.173	3.312.257	1.204.736	113.762	101.481

(i) Participação até 24/03/2017 conforme (Nota 2.3 (a) (ii) (i))

(c) Movimentação de provisão para perda em investimentos

	DASA	Rio Claro	Brenco	ODB International	UCP	Controladora	
						31.03.17	31.03.16 (Reapresentado)
Saldo inicial de investimentos (Reapresentado)	(374.106)	(542.695)	(1.270.072)	(2.132)	(374.788)	(2.563.793)	(1.301.541)
Ajuste de avaliação patrimonial - derivativos	953	-	-	-	-	953	351
Ajuste de avaliação patrimonial – <i>Hedge Accounting</i>	11.994	6.886	121.382	-	(45.528)	94.734	69.336
Participação no resultado das controladas	(96.071)	(120.136)	(695.881)	(10.354)	(228.473)	(1.150.915)	(1.287.785)
Transferência de investimentos	-	(292.152)	(280.016)	-	(270.294)	(842.462)	34.883
Aumento de capital	144.053	1.001.651	2.356.284	-	959.858	4.461.846	501.724
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	(501.724)
Ganho e perda de participação em controladas	11.349	(54.235)	(232.426)	-	(40.872)	(316.184)	(79.037)
Investimento em outras sociedades	689	681	729	-	97	2.196	-
Saldo final de provisão para perda em investimentos	(301.139)	-	-	(12.486)	-	(313.625)	(2.563.793)

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Em 22 de dezembro de 2016, as controladas diretas Santa Luzia, Brenco, DASA, Rio Claro, Eldorado e UCP, adquiriram participação acionária nas Sociedades de Propósito Específico (“SPE’s”) de energia, OER Nova Alvorada, OER Mineiros, OER Teodoro Sampaio, OER Caçu, OER Rio Brillhante e OER Mirante, respectivamente, controladas até então pela Odebrecht Energia Renovável S.A. (“OER”). O pronunciamento contábil que se aplica à combinação de negócios – CPC 15 / IFRS 3, explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum. Sendo assim, conforme orientações do IAS 8/ CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração adotou a prática contábil do método pelo custo precedente.

A diferença entre o valor contábil e o valor pago dos ativos líquidos das SPE’s, foi registrada no patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) e está assim demonstrada:

Caixa	44.244
Instrumentos financeiros - Recebíveis	3.233.833
Total da contraprestação transferida	3.278.077
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.284
Aplicações financeiras	108.155
Contas a receber de clientes	156.826
Tributos a recuperar	7.701
Partes relacionadas	185.221
Outros créditos	24.056
Imobilizado	1.800.038
Intangível	1.533.795
Fornecedores	(3.270)
Empréstimos e financiamentos	(604.702)
Tributos a recolher	(6.140)
Adiantamentos de clientes	(28.411)
Partes relacionadas	(128.672)
Outros débitos	(6.473)
Outros ajustes (Resultado de 22/12 a 31/12 inclui depreciação e amortização)	(7.570)
Total de ativos líquidos identificáveis	3.031.838
Participação dos não controladores	(199.569)
Perda na aquisição da controlada - AAP	445.808
	3.278.077

O resultado consolidado da Companhia contempla apenas o período de 22 de dezembro de 2016 à 31 de março de 2017 das SPE’s de energia. A tabela abaixo, demonstra a comparação entre o resultado consolidado divulgado e o pro forma caso as operações de cogeração de energia tivessem sido consolidadas pela Companhia desde 1º de abril de 2016:

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.03.17	Consolidado 31.03.17
	Divulgado (três meses)	Pro forma (doze meses)
Receita líquida	4.427.164	4.846.778
Valor justo dos ativos biológicos	125.005	125.005
Custo dos produtos vendidos	(4.154.828)	(4.312.955)
Lucro bruto	397.341	658.828
Despesas com vendas	(11.365)	(11.365)
Despesas administrativas e gerais	(321.637)	(331.942)
Outras despesas operacionais, líquidas	(31.135)	(7.316)
Lucro operacional	33.204	308.205
Receitas financeiras	556.903	539.390
Despesas financeiras	(1.940.614)	(2.125.142)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.350.507)	(1.277.546)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(41.643)	(49.608)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	807	(16)
Prejuízo do exercício	(1.391.343)	(1.327.170)

12 Imobilizado

(a) Composição

	Consolidado			%	
	31.03.17		31.03.16	Taxas médias anuais de depreciação	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		
			Líquido (Reapresentado)		
Equipamentos e instalações industriais	4.732.205	(1.148.176)	3.584.029	2.186.425	5,09
Planta portadora	4.776.065	(2.783.254)	1.992.811	2.007.954	16,67
Edifícios e benfeitorias	2.061.127	(292.973)	1.768.154	1.549.746	2,93
Máquinas e equipamentos agrícolas	726.882	(393.494)	333.388	362.984	10,08
Valor Justo da Planta Portadora	499.543	(279.498)	220.045	306.921	20,00
Benfeitorias em imóveis de terceiros	261.717	(78.181)	183.536	190.863	8,06
Terras	83.662	-	83.662	83.662	
Planta portadora em formação	77.648	-	77.648	73.256	
Veículos	148.137	(92.742)	55.395	66.889	9,11
Móveis e utensílios	89.524	(50.894)	38.630	39.389	9,67
Construções em andamento (i)	24.377	-	24.377	41.480	
Equipamentos de informática	22.085	(15.285)	6.800	8.836	17,57
Adiantamentos a fornecedores (ii)	9.873	-	9.873	11.223	
	13.512.845	(5.134.497)	8.378.348	6.929.628	

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Na safra 16/17, referem-se principalmente as obras de construção e montagem executadas nas áreas administrativas, agrícolas e industriais das controladas diretas da Companhia, adequação as normas regulamentadoras, expansões para plena capacidade de moagem, aquisições de equipamentos agrícolas, desidratadoras, ampliações das fertirrigações (adutoras de vinhaça), irrigações e afins.
- (ii) Os adiantamentos a fornecedores referem-se, substancialmente, a contratos mantidos com empresas fornecedoras dos equipamentos necessários as montagens e ampliações mencionadas no item acima.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do imobilizado

	31.03.16	Aquisições de Controladas (i)	Adições	Baixas (*)	Transferências	Depreciação	31.03.17
Equipamentos e instalações industriais	2.186.425	1.542.137	6.388	(1.706)	34.941	(184.156)	3.584.029
Planta portadora	2.007.954	-	37.894	-	486.183	(539.220)	1.992.811
Edifícios e benfeitorias	1.549.746	250.012	-	(28)	20.772	(52.348)	1.768.154
Máquinas e equipamentos agrícolas	362.984	-	7.131	(7.294)	29.524	(58.957)	333.388
Planta portadora - AVM	306.921	-	-	-	-	(86.876)	220.045
Benfeitorias em imóveis de terceiros	190.863	-	35	-	13.184	(20.546)	183.536
Terras	83.662	-	-	-	-	-	83.662
Planta portadora em formação	73.256	-	490.575	-	(486.183)	-	77.648
Veículos	66.889	5	386	(1.053)	130	(10.962)	55.395
Construções em andamento	41.480	909	83.153	(2.324)	(98.841)	-	24.377
Móveis e utensílios	39.389	9.213	1.512	(27)	1.029	(12.486)	38.630
Equipamentos de informática	8.836	-	88	-	545	(2.669)	6.800
Adiantamentos a fornecedores	11.223	-	-	(66)	(1.284)	-	9.873
	6.929.628	1.802.276	627.162	(12.498)	-	(968.220)	8.378.348
	31.03.15	Adoção Inicial IAS 41/ CPC29(ii)	Adições	Baixas (*)	Transferências	Depreciação	31.03.16
Equipamentos e instalações industriais	2.001.637	-	44.133	(248)	300.049	(159.146)	2.186.425
Planta portadora	-	2.095.423	12.882	-	450.385	(550.736)	2.007.954
Edifícios e benfeitorias	1.312.015	-	1.139	(6.921)	287.658	(44.145)	1.549.746
Máquinas e equipamentos agrícolas	382.648	-	44.906	(614)	405	(64.361)	362.984
Planta portadora - AVM	-	499.402	-	-	-	(192.481)	306.921
Benfeitorias em imóveis de terceiros	184.697	-	-	-	24.431	(18.265)	190.863
Terras	83.662	-	-	-	-	-	83.662
Planta portadora em formação	-	140.956	382.685	-	(450.385)	-	73.256
Veículos	79.163	-	83	(125)	1.036	(13.268)	66.889
Construções em andamento (iii)	571.039	-	184.222	(177.000)	(536.781)	-	41.480
Móveis e utensílios	38.480	-	2.549	(48)	4.279	(5.871)	39.389
Equipamentos de informática	8.102	-	247	(1)	3.007	(2.519)	8.836
Adiantamentos a fornecedores	61.762	-	33.778	(233)	(84.084)	-	11.223
	4.723.205	2.735.781	706.624	(185.190)	-	(1.050.792)	6.929.628

(i) Aquisição de participação acionária conforme descrito na Nota 11 (d);

(ii) Alteração de prática contábil conforme descrito na Nota 2.2;

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Na safra 15/16, a controlada indireta Usina Eldorado concluiu sua expansão industrial que incluiu o processo de cogeração de energia elétrica, originando uma baixa de R\$ 177 milhões na rubrica “Construções em andamento”.

(c) Outras informações

Itens do ativo imobilizado estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

13 Ativo biológico

Em 31 de março de 2017, as controladas indiretas da Companhia possuíam aproximadamente 342.000 hectares de lavouras de cana-de-açúcar, localizadas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, as quais foram mensuradas pelo seu valor justo em função de já estarem formadas e prontas para a colheita.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos pela planta de produção (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

(a) Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

O valor justo das lavouras formadas de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- (i) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável (“ATR”)) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e
- (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais da cana soca); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado em cada ano, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contra partida “Valor justo dos ativos biológicos” na demonstração do resultado.

A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar e proporcionalmente a produtividade esperada nas safras.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras, sendo revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição

			Consolidado	
			31.03.17	31.03.16
	Custo	Baixa por colheita acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (Cana-soca)	801.790	(373.553)	428.237	373.795
Variação no valor justo	<u>947.445</u>	<u>(897.386)</u>	<u>50.059</u>	<u>318.524</u>
	<u>1.749.235</u>	<u>(1.270.939)</u>	<u>478.296</u>	<u>692.319</u>

(c) Movimentação do ativo biológico

	31.03.16	Adições	Amortização	31.03.17
Ativo biológico (Cana-soca)	373.795	427.995	(373.553)	428.237
Variação no valor justo	<u>318.524</u>	<u>125.005</u>	<u>(393.470)</u>	<u>50.059</u>
	<u>692.319</u>	<u>553.000</u>	<u>(767.023)</u>	<u>478.296</u>

	31.03.15	Adoção Inicial IAS 41/ CPC 29 (i)	Adições	Amortização	31.03.16
Ativo biológico (Cana-soca)	-	383.109	365.364	(378.678)	373.795
Lavoura de cana-de-açúcar	2.478.532	(2.478.532)	-	-	-
Lavoura em formação (i)	140.956	(140.956)	-	-	-
Variação no valor justo	<u>663.753</u>	<u>(499.402)</u>	<u>362.332</u>	<u>(208.159)</u>	<u>318.524</u>
	<u>3.283.241</u>	<u>(2.735.781)</u>	<u>727.696</u>	<u>(582.837)</u>	<u>692.319</u>

(i) Alteração de prática contábil, conforme descrito na Nota 2.2.

14 Intangível

(a) Composição

				Controladora	% Taxas médias anuais de amortização
				31.03.17	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ágio sobre investimentos	117.286	-	117.286	117.286	
Direito de uso:					
Software	<u>66.044</u>	<u>(28.891)</u>	<u>37.153</u>	<u>41.247</u>	12,31
	<u>183.330</u>	<u>(28.891)</u>	<u>154.439</u>	<u>158.533</u>	

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				%
	31.03.17	31.03.16			
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas médias anuais de amortização
Ágio sobre investimentos	288.284	-	288.284	288.284	
Ativo fiscal	58.081	-	58.081	58.081	
Direito de uso:					
Outorga (i)	1.595.678	(67.213)	1.528.465	-	1,54
Software	83.265	(43.440)	39.825	44.828	12,31
Licenças ambientais	4.782	(4.170)	612	884	14,07
	<u>2.030.090</u>	<u>(114.823)</u>	<u>1.915.267</u>	<u>392.077</u>	

(i) Refere-se à concessão dada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) às SPE's de energia, para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica.

(b) Movimentação do intangível - consolidado

	31.03.16	Adições	Aquisições de Controladas(i)	Amortização	31.03.17
Ágio sobre investimentos (ii)					
Eldorado	135.698	-	-	-	135.698
DASA	83.452	-	-	-	83.452
UCP	26.084	-	-	-	26.084
Pontal	21.954	-	-	-	21.954
Rio Claro	7.749	-	-	-	7.749
Central Energética Água					
Emendada	9.546	-	-	-	9.546
Santa Luzia	3.801	-	-	-	3.801
	<u>288.284</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>288.284</u>
Ativo fiscal (iii)					
DASA	40.651	-	-	-	40.651
UCP	13.437	-	-	-	13.437
Rio Claro	3.993	-	-	-	3.993
	<u>58.081</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.081</u>
Direito de uso:					
Outorga (iv)	-	-	1.534.367	(5.902)	1.528.465
Software	44.828	2.445	-	(7.448)	39.825
Licenças ambientais	884	-	-	(272)	612
	<u>45.712</u>	<u>2.445</u>	<u>1.534.367</u>	<u>(13.622)</u>	<u>1.568.902</u>
	<u>392.077</u>	<u>2.445</u>	<u>1.534.367</u>	<u>(13.622)</u>	<u>1.915.267</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31.03.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transferências</u>	<u>31.03.2016</u>
Ágio sobre investimentos (ii)					
Eldorado	135.698	-	-	-	135.698
DASA	83.452	-	-	-	83.452
UCP	26.084	-	-	-	26.084
Pontal	21.954	-	-	-	21.954
Rio Claro	7.749	-	-	-	7.749
Central Energética					
Água					
Emendada	9.546	-	-	-	9.546
Santa Luzia	3.801	-	-	-	3.801
	<u>288.284</u>				<u>288.284</u>
Ativo fiscal (iii)					
DASA	40.651	-	-	-	40.651
UCP	13.437	-	-	-	13.437
Rio Claro	3.993	-	-	-	3.993
	<u>58.081</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.081</u>
Direito de uso:					
Software em desenvolvimento (iv)	113	-	(43)	(70)	-
Software	51.358	1.182	(7.782)	70	44.828
Licenças ambientais	1.242	382	(740)	-	884
	<u>52.713</u>	<u>1.564</u>	<u>(8.565)</u>	<u>-</u>	<u>45.712</u>
	<u>399.078</u>	<u>1.564</u>	<u>(8.565)</u>	<u>-</u>	<u>392.077</u>

- (i) Aquisição de participação acionária conforme descrito na Nota 11 (d);
- (ii) Os ágios provenientes de investimentos consolidados apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente, conforme mencionado na Nota 2.12 (a).
- (iii) Ativo fiscal refere-se a parcela de benefício econômico do ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura apurado quando da aquisição das companhias por sua ex-controladora ODB Par. Posteriormente, as companhias incorporaram de forma reversa parcela do acervo líquido da ODB Par., mantendo em seus ativos apenas a parcela passível de aproveitamento fiscal.
- (iv) Refere-se à concessão dada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) às SPE's de energia, para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica.
- (v) Refere-se substancialmente aos gastos incorridos para implementação do software (ERP) para todas as empresas da organização Odebrecht Agroindustrial.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação (Nota 2.17).

Modalidade	Nota	Média dos encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado		Vencimentos
			31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16	
Moeda nacional							
Finem:							
	(a)	Linhas a TJLP e linhas a TJLP + juros de 3,70%	-	-	3.575.418	3.173.425	
		UMBNDDES + encargos da cesta de moedas + juros de 4,26%	-	-	533.924	644.379	2020 a 2029
		CDI anual à 120,00% e outras linhas de 5,03%	-	-	210.423	84.900	
			-	-	4.319.765	3.902.704	
Linhas de crédito:							
CCE - Cédulo de crédito de exportações	(b)	Juros de 115,00% do CDI	-	-	1.312.936	1.337.011	2029
NCE - Nota de crédito à exportação	(c)	Juros de 115,00% do CDI	-	-	805.124	819.340	2029
Crédito Agroindustrial	(d)	Juros de 115,00% do CDI	476.641	649.292	599.529	976.557	2029
Partes relacionadas	10 (a)	Juros de 125,00% do CDI	-	-	413.643	817.659	2017 a 2021
Linha de crédito - capital de giro	(e)	Juros de 120,41% do CDI; linha com juros de CDI + 12,50% a.a.	-	42.518	397.000	579.395	2020 a 2029
CDCA e CPR -F	(f)	Juros de 115,00% do CDI	117.792	636.603	305.221	957.358	2029
Capital de giro sindicalizado	(g)	TJLP + juros de 5,00%	-	-	230.039	289.771	2029
Finame	(h)	TJLP + 4,96%; e outras linhas com juros de 5,51%	-	-	210.142	260.535	2017 a 2024
Debêntures	(i)	Selic + 2,50%, IPCA + 8,39% e CDI + Juros de 2,75%	7.477	729.924	87.592	719.923	2017 a 2028
Prore nova	(j)	Juros de 4,06% e linhas à TJLP + juros de 3,70%	-	-	79.495	147.429	2029
FCO	(k)	Juros de 8,50%	-	-	26.991	41.074	2019
Arrendamento mercantil	(l)		-	-	8.683	8.448	-
(-) AVP do arrendamento mercantil			-	-	(1.682)	(1.372)	
Refinanciamento PESA	(m)	TJLP + juros de 2,32%	-	-	939	1.914	2018
Crédito direto ao consumidor	(n)	Juros de 10,04%	-	-	24	296	2017
Capital de giro		Linha com atualização pelo IGPM + 9,20%	-	-	131	143	2023
			601.910	2.058.337	4.475.807	6.955.481	
PESA - Saldo contratual	(o)	IGPM + juros de 8,50%	-	-	189.805	183.947	2018 à 2023
(-) Ajuste a valor presente			-	-	(46.088)	(53.913)	
(-) Aplicações em CTN		IGPM + juros de 12,00%	-	-	(134.323)	(115.560)	
			-	-	9.394	14.474	
A transportar - Total moeda nacional			601.910	2.058.337	8.804.966	10.872.659	

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Modalidade</u>	<u>Nota</u>	<u>Média dos encargos financeiros anuais</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		<u>Vencimentos</u>
			<u>31.03.17</u>	<u>31.03.16</u>	<u>31.03.17</u>	<u>31.03.16</u>	
De transporte – total moeda nacional			<u>601.910</u>	<u>2.058.337</u>	<u>8.804.966</u>	<u>10.872.659</u>	
Moeda estrangeira		Varição cambial e juros:					
Pré-pagamento de exportação (“PPE”)	(p)	Libor + juros de 2,63%	-	-	35.256	371.812	2017
Adiantamento de contrato de câmbio	(q)	Linhas de 6,96%	-	-	-	337.939	
Financiamento de investimentos	(r)	Libor + juros de 2,60%	-	-	-	32.776	
Total moeda estrangeira			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35.256</u>	<u>742.527</u>	
			<u>601.910</u>	<u>2.058.337</u>	<u>8.840.222</u>	<u>11.615.186</u>	
		Passivo circulante	<u>(1.568)</u>	<u>(1.337.569)</u>	<u>(326.750)</u>	<u>(5.008.744)</u>	
		Passivo não circulante	<u>600.342</u>	<u>720.768</u>	<u>8.513.472</u>	<u>6.606.442</u>	

Legenda:

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico
CDI: Certificado de Depósito Interbancário
CTN: Certificado do Tesouro Nacional
IGPM: Índice Geral de Preços do Mercado
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
LIBOR: London Interbank Offered Rate
PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos
TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo
UMBNDDES: Unidade Monetária do BNDES

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31.03.17</u>	<u>Consolidado</u> <u>31.03.16</u>
2017	-	375.606
2018	146.610	457.496
2019	384.497	675.319
2020	456.002	851.868
2021	924.211	962.012
2022 à 2029	<u>6.602.152</u>	<u>3.284.141</u>
	<u>8.513.472</u>	<u>6.606.442</u>

- (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola.
- (b) Captações realizadas para financiamento da produção de bens destinados à exportação.
- (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio.
- (d) Captações realizadas para financiamento da produção de bens destinados à exportação.
- (e) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro.
- (f) As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeiras) foram emitidas com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de lavoura.

O CDCA tem como lastro uma CPR-F e foi feito via emissão privada, garantido pelo fluxo de recebíveis de contratos de fornecimento de etanol das controladas.

- (g) Linha de repasse de recursos do BNDES, contratada junto a um sindicato de bancos.
- (h) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas.
- (i) Emissão privada de debêntures, sendo:
 - (i) 200.000 debêntures simples, divididas em oito séries de 25.000, com emissão ocorrida em 15 de setembro de 2014 (ii) 48.346 debêntures simples emitidas pelas OER Caçu Energia S.A., OER Mineiros Energia S.A., OER Mirante Energia S.A. e OER Nova Alvorada Energia S.A. em 10/02/2014.
- (j) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a implantação e renovação de novos canaviais.
- (k) Linha de crédito de repasse do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste) contratada com o objetivo de financiar a aquisição de bens e serviços para implantação da usina localizada no município de Alto Taquari.
- (l) Refere-se a arrendamento mercantil conforme mencionado na Nota 2.21.
- (m) Acordo de renúncia entre a controlada indireta DASA e o BNDES ao referido Programa, que continha a consolidação, confissão e reescalonamento da dívida decorrente da Nota de Crédito Rural 003/97 e Cédula Rural 005/98 emitidas em favor do extinto Banco Crefisul S/A.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (n) Linhas de crédito para financiar a aquisição de caminhões.
- (o) Securitização de dívidas, asseguradas junto às instituições financeiras, através de aquisição no mercado secundário de Certificados do Tesouro nacional – CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Os financiamentos securitizados estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante ao resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras.
- (p) Com a finalidade de financiar exportações futuras de açúcar e/ou etanol foram contratadas operações de Pré-Pagamento de Exportação (PPE).
- (q) Captações de recursos através de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC).
- (r) Contratação de linha de crédito de Repasse do International Finance Corporation (“IFC”) para financiamento da parcela dos investimentos para revitalização da usina.

Capitalização de juros

Conforme descrito na Nota 2.13, as controladas diretas da Companhia adotam como prática contábil a capitalização de encargos dos empréstimos e financiamentos durante o período de construção dos ativos e realização de projetos, estabelecendo como política a aplicação da taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida aplicada ao saldo do ativo imobilizado em construção, sendo esse valor limitado ao montante dos encargos incorridos no exercício.

Valor justo dos empréstimos

Em 31 de março de 2017, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R\$ 9.137.598 e se aproxima, substancialmente, dos saldos contábeis que totalizam R\$ 9.152.949 (saldo contábil desconsiderando os custos com transação, ajustes a valor presente e aplicações com CTN).

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens.

16 Tributos a recolher e parcelados

(a) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	545	2.915	14.803	9.659
Instituto nacional do seguro social - ("INSS")	22	36	14.161	14.407
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	-	-	10.510	3.355
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	299	3.888	3.414	3.968
Pis/Cofins e CSLL ("PCC")	18	-	2.500	-
Imposto sobre serviços - ("ISS")	5	16	2.137	1.651
Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ")	-	-	1.555	-
Programa de integração social - ("PIS")	49	656	1.471	3.243
Demais tributos a recolher	-	-	589	2
	938	7.511	51.140	36.285

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Tributos parcelados

Os tributos parcelados foram classificados entre circulante e não circulante com base na exigibilidade das parcelas.

	Consolidado	
	31.03.17	31.03.16
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	30.586	5.929
Instituto Nacional de Seguro Social - ("INSS")	559	-
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	538	425
Contribuição social retido na fonte - ("CSRF")	19	333
	<u>31.702</u>	<u>6.687</u>
Passivo circulante	<u>(9.307)</u>	<u>(1.334)</u>
Passivo não circulante	<u>22.395</u>	<u>5.353</u>

17 Operações com derivativos

	Consolidado	
	31.03.16	
	Ativo	Passivo
Swap de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	1.554
Futuro de <i>commodity</i> (sugar #11) <i>hedge</i> de fluxo de caixa	99	-
	<u>99</u>	<u>1.554</u>

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, caso contrário é classificado no ativo ou passivo circulante.

(a) Swap de taxas de juros

As controladas diretas da Companhia possuem operações de *swap* de juros para a proteção da taxa flutuante da Libor. Não há valores de referência (notional) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de março de 2017 (US\$ 21.091 – 2016). Em 31 de março de 2016, os *swaps* possuem as pontas ativas em Libor (de 6 meses) contra juros pré-fixados de 1,08% a 3,92%.

Ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP" (Nota 4 (a)), referentes a contratos de *swap* de taxas de juros, são apropriados ao resultado conforme a amortização dos empréstimos e financiamentos relacionados.

(b) Contratos futuros de Commodity

Em 31 de março de 2017, as controladas diretas da Companhia não possuem valores de referência (nocional) dos contratos de futuro de açúcar (12.447 toneladas em 2016).

As variações efetivas do valor justo dos derivativos de *commodity* classificadas como "*Hedge* de fluxo de Caixa" são registradas no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP", sendo registradas no resultado operacional conforme ocorre a venda do item protegido.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição

Créditos:

Descrição	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Prejuízos fiscais e bases negativas	8.169.000	7.033.024	8.182.688	7.043.720
Diferenças temporárias:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	134.965	178.012	134.965	178.012
Varição do valor justo do ativo biológico	33.124	19.798	33.124	19.798
Varição do valor justo do produto agrícola	894	1.273	894	1.273
Provisões Diversas	292.544	197.576	292.544	197.576
Outros Ajustes	-	4.479	-	4.479
	<u>8.630.527</u>	<u>7.434.162</u>	<u>8.644.215</u>	<u>7.444.858</u>
Potencial crédito tributário	2.157.631	1.858.541	777.980	670.037
Crédito tributário não registrado	<u>(1.906.932)</u>	<u>(1.501.175)</u>	<u>(687.728)</u>	<u>(541.385)</u>
	<u>250.699</u>	<u>357.366</u>	<u>90.252</u>	<u>128.652</u>

Débitos:

Descrição	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição Social	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Diferenças temporárias:				
Varição do valor justo do ativo biológico	303.228	491.070	303.228	491.070
Varição do valor justo do produto agrícola	2.525	3.688	2.525	3.688
Ajuste AVP plano PESA	46.088	53.913	46.088	53.913
Venda dos ativos de cogeração de energia	-	624.550	-	624.550
Depreciação acelerada incentivada (i)	376.710	-	376.710	-
Amortização do ágio	273.802	252.410	273.802	242.410
Outros ajustes	-	7.399	-	7.399
	<u>1.002.353</u>	<u>1.433.030</u>	<u>1.002.353</u>	<u>1.433.030</u>
Débitos diferidos totais	<u>250.588</u>	<u>358.258</u>	<u>90.212</u>	<u>128.973</u>

- (i) As controladas da Companhia utilizam o benefício da Depreciação Acelerada Incentivada Rural, prevista no art. 314 do Decreto nº. 3.000/99, que consiste no aproveitamento fiscal integral, no próprio ano, dos gastos incorridos com formação da lavoura de cana-de-açúcar e aquisição de implementos agrícolas registrados no ativo imobilizado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos e comerciais aprovados pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Portanto, os créditos tributários diferidos limitam-se aos valores cuja compensação está amparada por projeções de lucros tributáveis futuros, descontados ao seu valor presente, preparadas pela Administração da Companhia, considerando-se inclusive, quando aplicável, a limitação de compensação de prejuízos fiscais em até 30% do lucro tributável, além dos benefícios fiscais de isenção e redução do imposto.

Parte desses prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas será utilizado durante o ano fiscal 2017, no âmbito das regras estabelecidas no Programa de Regularização Tributária (“PRT”) e Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) instituídos pelas Medidas Provisórias 766 e 783, respectivamente, inclusive com cessão para outras empresas do Grupo Odebrecht.

(b) Os créditos e débitos diferidos foram atribuídos da seguinte forma:

	Créditos		Débitos	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Diferenças temporárias:				
Prejuízo fiscal e base negativa	283.497	416.806	-	-
Ajustes 11.638/2007:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	45.888	60.524	-	-
Ajuste AVP plano PESA	-	-	15.670	18.331
Variação do valor justo do ativo biológico	11.262	6.731	103.097	166.964
Variação do valor justo do produto agrícola	304	433	859	1.254
Venda dos ativos de cogeração de energia (ii)	-	-	-	212.347
Depreciação acelerada incentivada	-	-	128.082	-
Amortização do ágio	-	-	93.092	85.819
Outros ajustes	-	1.524	-	2.516
	<u>340.951</u>	<u>486.018</u>	<u>340.800</u>	<u>487.231</u>

- (ii) Na operação de venda dos ativos de cogeração de energia das controladas diretas da Companhia, adotou-se a prerrogativa fiscal de tributação do ganho de capital pelo regime de caixa, em algumas unidades. Nesse sentido, a exclusão na apuração do lucro real, observada no ano anterior, refere-se a parcela de ganho de capital correspondente ao saldo de contas a receber das controladas diretas Santa Luzia, Rio Claro, UCP e Eldorado. Nas controladas diretas UAL e Brenco, a tributação foi pelo regime de competência. Em razão da aquisição de participação societária nas SPE's, conforme Nota 2.3(ii), pelas controladas diretas da Companhia, o ganho de capital residual foi integralmente tributado durante o exercício fiscal 2016.

(c) Por entidade jurídica, líquida – consolidado

Entidade	Créditos		Débitos		Saldo	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
ODB Par	151	817	-	(1.971)	151	(1.154)
Eldorado	96.221	149.317	(96.221)	(149.376)	-	(59)
Santa Luzia	87.528	111.616	(87.528)	(111.616)	-	-
Rio Claro	50.965	31.038	(50.965)	(31.038)	-	-
Brenco	47.583	73.910	(47.583)	(73.910)	-	-
DASA	43.067	42.999	(43.067)	(42.999)	-	-
UCP	12.225	72.327	(12.225)	(72.327)	-	-
Pontal	3.211	3.994	(3.211)	(3.994)	-	-
	<u>340.951</u>	<u>486.018</u>	<u>(340.800)</u>	<u>(487.231)</u>	<u>151</u>	<u>(1.213)</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Movimentação dos tributos diferidos durante o ano (consolidado):

	<u>31.03.16</u>	Reconhecida no patrimônio líquido	Reconhecida no resultado	<u>31.03.17</u>
Diferenças temporárias:				
Ajustes 11.638/2007:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	60.524	-	(14.636)	45.888
Varição do valor justo do ativo biológico	(160.233)	-	68.398	(91.835)
Venda dos ativos de cogeração de energia	(212.347)	-	212.347	-
Varição do valor justo do produto agrícola	(821)	-	266	(555)
Ajuste AVP plano PESA	(18.331)	-	2.661	(15.670)
Depreciação acelerada incentivada	-	-	(128.082)	(128.082)
Prejuízo fiscal	416.806	-	(133.309)	283.497
Amortização de ágio	(85.819)	-	(7.273)	(93.092)
Outros ajustes	(992)	557	435	-
	<u>(1.213)</u>	<u>557</u>	<u>807</u>	<u>151</u>
	<u>31.03.15</u>	Reconhecida no patrimônio líquido	Reconhecida no resultado	<u>31.03.16</u>
Diferenças temporárias:				
Ajustes 11.638/2007:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	53.716	-	6.808	60.524
Varição do valor justo do ativo biológico	(225.676)	-	65.443	(160.233)
Venda dos ativos de cogeração de energia	(212.347)	-	-	(212.347)
Varição do valor justo do produto agrícola	3.643	-	(4.464)	(821)
Ajuste AVP plano PESA	(19.274)	-	943	(18.331)
Prejuízo fiscal	423.597	-	(6.791)	416.806
Amortização de ágio	(62.046)	-	(23.773)	(85.819)
Outros ajustes	41.870	(2.545)	(40.317)	(992)
	<u>3.483</u>	<u>(2.545)</u>	<u>(2.151)</u>	<u>(1.213)</u>

19 Planos de previdência privada

As controladas da Companhia mantém convênio de adesão com a ODEPREV – Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora da Companhia Odebrecht S.A., constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 476, integrantes em 31 de março de 2017 (378 integrantes – 2016). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições das controladas no exercício findo em 31 de março de 2016 somaram R\$ 825 (R\$ 743 - 2016) e dos participantes R\$ 2.694 (R\$ 2.461 - 2016).

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R) - Benefícios a Empregados.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 28 de julho de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$ 2.624.047 por meio de aporte financeiro realizado pela sua controladora ODB AGRO, com a consequente emissão de 262.404.727.139.000 ações.

Em 1º de setembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$ 1.142.550 por meio de capitalização de créditos detidos pela controladora ODB AGRO contra controladas diretas da Companhia, com a consequente emissão de 114.255.064.407.000 ações.

Em 22 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$ 2.560.043 por meio de capitalização de créditos detidos pela controladora ODB AGRO contra controladas diretas da Companhia, com a consequente emissão de 256.004.325.644.000 ações.

Em 27 de fevereiro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital social no montante de R\$ 823.902 por meio de capitalização de créditos detidos pela controladora ODB AGRO contra a Companhia, com a consequente emissão de 82.390.226.183.000 ações.

O capital social subscrito da Companhia em 31 de março de 2017 é de R\$ 11.124.462 (R\$ 3.973.919 – 2016), dividido em 791.967.435.423.996 (76.913.092.050.996 – 2016) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. Em 31 de março de 2017 e 2016, correspondem, basicamente, a resultado de valorização do *hedged accounting* de passivos financeiros não derivativos (Nota 4.1(a)).

(c) Reserva de lucros

Legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

Lucros a realizar - reserva constituída para absorver os lucros não realizados e que serão base para distribuição de dividendos, quando de sua realização ou para absorção de prejuízos.

(d) Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 – “Resultado por ação”, a tabela abaixo reconcilia o prejuízo do exercício com os valores usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	<u>31.03.17</u>	<u>31.03.16</u>
		(Reapresentado)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(1.388.508)	(1.637.226)
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	<u>396.475.549.428</u>	<u>2.716.197</u>
Prejuízo básico e diluído por ação – em Reais	<u>(0,000004)</u>	<u>(0,603)</u>

21 Receita bruta e líquida

	<u>31.03.17</u>	<u>Consolidado</u> <u>31.03.16</u>
Receita bruta		
Mercado interno	3.805.046	3.428.481
Mercado externo	955.024	580.235
Ganho (perda) nas operações de <i>hedge</i> pelo embarque	7.735	(4.073)
Outras receitas	<u>50.619</u>	<u>47.965</u>
	4.818.424	4.052.608
Fretes sobre vendas	(145.599)	(174.851)
Tributos sobre vendas	(204.030)	(162.007)
Armazenagem	(19.684)	(23.365)
Devoluções	<u>(21.947)</u>	<u>(14.769)</u>
Receita líquida	<u>4.427.164</u>	<u>3.677.616</u>

22 Despesas e custos dos produtos vendidos por natureza

	<u>31.03.17</u>	<u>Consolidado</u> <u>31.03.16</u>
		(Reapresentado)
Custo industrial (i)	<u>(2.581.154)</u>	<u>(2.210.340)</u>
Despesas com pessoal	(156.163)	(158.501)
Despesas gerais e administrativas	(57.062)	(55.457)
Serviços de terceiros	<u>(89.738)</u>	<u>(95.723)</u>
	<u>(302.963)</u>	<u>(309.681)</u>
Depreciação e amortização:		
Amortização do valor justo do ativo biológico	(295.449)	(176.036)
Amortização de lavoura	(459.742)	(484.640)
Amortização de entressafra agrícola	(10.201)	(10.856)
Amortização de entressafra industrial	(47.671)	(42.203)
Amortização trato cana soca	(353.266)	(330.110)
Amortização do valor justo da planta portadora	(104.607)	(208.159)
Depreciação de ativos e outros (ii)	<u>(332.777)</u>	<u>(289.232)</u>
	<u>(1.603.713)</u>	<u>(1.541.236)</u>
	<u>(4.487.830)</u>	<u>(4.061.257)</u>

(i) Incluem gastos com mão de obra, serviços, materiais, insumos, CCT (“Corte, carregamento e transporte”), parcerias agrícolas e outros custos industriais.

(ii) Na depreciação de ativos e outros está incluído o montante de R\$ 25.145 (R\$ 17.735 – 2016) que corresponde a depreciação de móveis e equipamentos dos setores administrativos da Companhia e de suas controladas diretas, que compõem a rubrica de “Despesas administrativas e gerais” na Demonstração do Resultado do Exercício.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Receitas financeiras:				
Variação cambial ativa	274.568	15.359	412.094	257.330
Variação monetária ativa	-	-	72.046	223.718
Juros ativos	208.171	388.778	36.377	251.750
Rendimento com aplicações financeiras	-	137	34.372	27.226
Ajuste a valor de mercado	111	149	154	86
Outras receitas financeiras	3	84	1.860	1.442
	<u>482.853</u>	<u>404.507</u>	<u>556.903</u>	<u>761.552</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(273.621)	(465.614)	(1.346.928)	(1.651.891)
Variação cambial passiva	(268.056)	(29.115)	(341.023)	(381.113)
Variação monetária passiva	-	-	(158.022)	(254.031)
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(20.440)	(21.341)	(56.476)	(56.518)
Amortização de custos da transação	(3.035)	(4.591)	(27.418)	(23.597)
Liquidação de hedge de taxa de juros, substancialmente SWAP	-	-	(1.378)	(2.460)
Ganhos nos derivativos não designados para <i>hedge</i> , líquidas	(1.083)	(1.463)	(1.083)	(1.480)
Ajuste a valor presente	-	-	(1.702)	(797)
Despesas e comissões bancárias	(35)	(37)	(5.669)	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	-	(84)	(915)	(102)
	<u>(566.270)</u>	<u>(522.245)</u>	<u>(1.940.614)</u>	<u>(2.371.989)</u>

24 Cobertura de seguros

Os seguros da Companhia e de suas controladas são contratados conforme política estabelecida pela Administração e garantias vigentes.

Em 31 de Março de 2017, a Companhia e suas controladas integram o programa de seguro operacional com as seguintes coberturas/ apólices: (i) Riscos Operacionais - "All Risks" (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como, Lucros Cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de Dano Material coberto pela apólice) com cobertura para o Grupo Odebrecht Agroindustrial de R\$ 1.000.000, sendo o valor em risco de R\$ 9.440.492; (ii) Responsabilidade Civil Geral, com limite máximo de indenização de R\$ 80.000; (iii) Riscos diversos de máquinas e equipamentos agrícolas, com o valor em risco de R\$ 605.135; (iv) Danos materiais da frota veicular, ao valor de mercado; (v) Danos físicos causados as lavouras de cana-de-açúcar, com limite máximo de indenização de R\$ 345.000; A Administração considera os seguros contratados suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Provisões para contingências

(a) Provisionadas

Refere-se à provisão para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais, conforme sumariados abaixo:

	Consolidado	
	31.03.17	31.03.16
Processos trabalhistas	65.225	66.118
Processos cíveis	6.950	2.825
Processos tributários	43	23
	72.218	68.966
Depósitos judiciais	(58.873)	(55.044)
Passivo não circulante	<u>13.345</u>	<u>13.922</u>

(b) Não provisionadas

Algumas controladas são parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade remota ou possível de perda, pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. As contingências possíveis não provisionadas são:

	Consolidado	
	31.03.17	31.03.16
Processos tributários (i)	376.189	289.266
Processos trabalhistas	80.524	67.073
Processos cíveis (ii)	71.275	74.753
	<u>527.988</u>	<u>431.092</u>

- (i) A variação observada nos processos tributários decorre de autuações na controlada Brenco, em aproximadamente R\$ 90 milhões, referente: (i) cobrança de ICMS e respectivos encargos legais, em operações interestaduais caracterizadas pelo fisco como operações internas (MT) de venda de Álcool Etilico Hidratado Combustível (AEHC), no período de outubro de 2013 a fevereiro de 2014; e (ii) cobrança do diferencial de alíquota de ICMS ("ICMS/DIFAL") relativo a fatos geradores ocorridos no período de janeiro/2011 a março/2013, em razão da aquisição interestadual de ativo imobilizado para construção da Unidade Água Emendada. A Companhia obteve decisão favorável em primeira instância administrativa. Considera-se a chance de êxito de ambas ações como possível.
- (ii) Dentre as ações cíveis, destacam-se:
- (a) A controlada Brenco, em 21 de maio de 2009, foi judicialmente citada para responder à Ação Ordinária de Rescisão do Contrato de Prestação de Serviços Agrícolas, celebrado em 8 de maio de 2007, com a Andrella União Agrícola Ltda., cumulada com indenização por danos materiais e morais. A controlada registrou, à época, provisão no montante de R\$ 10 milhões. Em 31 de março de 2013 a provisão foi revertida conforme laudo pericial contábil favorável à Brenco e conforme opinião dos consultores jurídicos. Atualmente, está sendo realizada a perícia de engenharia agrônômica. A Administração manteve a ação como probabilidade de perda possível, montante de R\$ 10 milhões.
- (b) Em 3 de fevereiro de 1958, a Fazenda do Estado de São Paulo ajuizou ação discriminatória contra os proprietários de imóveis situados no 15º Perímetro do Pontal do Paranapanema onde está situado o parque industrial da controlada indireta DASA.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O objetivo da ação é a declaração de que tais terras seriam devolutas por conta de suposta falsificação de assinatura no registro de origem da posse da fazenda da qual todos os imóveis do referido perímetro foram desmembrados, o que teria ocorrido em 1856. A DASA e os demais réus defendem a impossibilidade de se comprovar a referida falsificação com base em uma prova emprestada produzida em uma ação da qual não foram partes, o usucapião do imóvel e o ônus probatório da Fazenda do Estado para demonstrar que as terras são devolutas, fato não comprovado na ação discriminatória.

Em 2013 foi promulgada Lei que permite a celebração de acordo visando ao encerramento de ações discriminatórias no Estado de São Paulo mediante o pagamento de 10% do valor da terra nua. A DASA obteve decisão favorável no âmbito administrativo e já realizou o pagamento para a regularização da área. Assim, as áreas da DASA serão regularizadas e não estarão sujeitas ao efeito da ação discriminatória. A ação foi julgada procedente no Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2016.

26 Compromissos (consolidado)

Determinadas controladas possuem contratos futuros firmados. Os contratos discriminados são aqueles com condições específicas que, por conseguinte, geraram provisões nas presentes demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Contrato de serviço de transporte de etanol

Em 17 de junho de 2008, a controlada Brenco firmou contrato de prestação de serviços de transporte de etanol com a ALL – América Latina Logística S.A., com vigências de 2008 a 2019, com volume médio anual de 850 mil m³, assegurando o suprimento de frete necessário para este período. Em 28 de dezembro de 2011 foi firmado termo aditivo ao contrato, aonde foram estabelecidos novos volumes, sendo 450 mil m³, por safra, a partir da safra 15/16. Em 30 de maio de 2012, houve a inclusão, no contrato, das usinas Eldorado, Santa Luzia, UCP e DASA, controladas diretas da Companhia.

(ii) Contratos de serviços de transbordo e transporte de cana-de-açúcar

As controladas diretas da Companhia, durante a safra 16/17, renegociaram contratos para transbordo e transporte de cana-de-açúcar. A posição desses contratos em 31 de março de 2017 pode assim ser demonstrada:

Empresa	Volume mínimo por safra Ton. Mil	Vigência dos contratos Anos
UCP	3.662	2
DASA	1.578	1
Eldorado	2.347	2
Sta. Luzia	4.940	2
Rio Claro	3.430	3
Brenco	8.342	3

(iii) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

As controladas da Companhia arrendam diversos equipamentos agrícolas e caminhões de apoio à operação, com características de arrendamento operacional. Os contratos possuem cláusulas de cancelamento que obrigam as partes a fornecerem notificação com antecedência mínima de seis meses e cláusulas imputáveis de multas rescisórias.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamentos, segundo os contratos firmados são:

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31.03.17</u>	<u>Consolidado</u> <u>31.03.16</u>
Em um ano	68.599	55.560
Mais de um ano até cinco anos (*)	<u>164.690</u>	<u>160.398</u>
	<u>233.289</u>	<u>215.958</u>

(*) Durante a safra 16/17, a Companhia firmou novos contratos de arrendamento mercantil operacional de equipamentos agrícolas.

* * *